

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Déficit zero e reforma administrativa - HENRIQUE MEIRELLES 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Brasil e o desafio de distribuir renda (Editorial) 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundos têm R\$ 756 bilhões 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Fuga de capital é "narrativa" 6

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Economia avança 0,9% no 2º trimestre de 2023, diz IBGE 8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo perde R\$31 bi com corte em dividendos - CLÁUDIO HUMBERTO 9

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: O que muda na arrecadação para estados e municípios? 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-
los 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Resultado acende alerta para ritmo de queda da inflação 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiros fazem população de Portugal voltar a crescer 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

"Há margem de manobra para déficit zero", diz secretário 21

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS tem mais vagas desocupadas do que servidores em atividade; déficit é de 21 mil cargos
em aberto 25

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira convoca deputados para votar projetos do governo 27

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O recado de Lula com o atraso na reforma ministerial - WAGNER PARENTE	29
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Presidente deve bater martelo da reforma ministerial.....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
A surpresa do PIB e os erros de previsão dos economistas - MERCADO S/A.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
As prioridades da pauta econômica para 2023 (Artigo).....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
O peso do agro e do impulso fiscal nas surpresas do PIB - SERGIO LAMUCCI.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Renda per capita atinge recorde no trimestre.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Gasto público e não investimento explica crescimento do PIB (Editorial).....	38

Déficit zero e reforma administrativa - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

O governo apresentou na semana passada o Orçamento de 2024 com uma ousada meta de zerar o déficit fiscal. Será difícil atingir o índice proposto, pois faltam cerca de R\$ 160 bilhões em receitas. Há uma série de medidas no Congresso para alcançar isso, mas não só será difícil que todas sejam aprovadas, como também que rendam o esperado. De toda forma, o mais importante é o governo manter a meta e trabalhar para atingi-la.

O mercado projeta que haverá déficit no ano que vem. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que a meta é difícil de ser alcançada, e defendeu que o texto apontasse para um déficit de 0,5% a 0,75% do **PIB**. É uma posição realista. Mas, por outro lado, política fiscal também se faz por meio de sinais.

Ao demonstrar disposição para perseguir o déficit zero, o Ministério da Fazenda passa para dentro do governo e para os agentes econômicos a mensagem de que tem compromisso com a responsabilidade fiscal.

Isso é o mais importante neste momento em que há pressões políticas por mais gastos, já que 2024 é ano eleitoral.

Após muita ganância, com dribles no teto de gastos, o Brasil precisa não só do arcabouço, mas de demonstrações de empenho para cumpri-lo, para reduzir o déficit fiscal e a dívida pública. Os governos precisam dar demonstrações fortes, dar o exemplo. Demonstrar rigidez é importante para evitar que se crie um clima mais propício à frouxidão nas despesas.

Eu já disse nesta coluna que o novo arcabouço fiscal é positivo, mas tem seus defeitos. Do meu ponto de vista, a nova regra é muito focada na arrecadação, enquanto é mais fácil fazer a gestão fiscal pela despesa, que está sob controle do governo.

Eu gostaria que, em vez de focar principalmente a arrecadação, o governo trabalhasse também no corte de gastos.

Uma ótima oportunidade é trabalhar para melhorar o projeto de reforma administrativa que o Congresso diz querer votar.

Essa reforma envolve interesses contrários tão grandes quanto os que emperraram a tributária por 30 anos. Se o Congresso tem um projeto pronto e demonstra disposição, boa parte do caminho foi percorrido.

É uma oportunidade que não deve ser desperdiçada.

É possível fazer modificações, aprofundar o projeto para corrigir distorções que aumentam substancialmente o custo da máquina pública e absorvem recursos que poderiam aumentar a capacidade de investimento em Educação, Saúde e outras áreas prioritárias.

Combinada com a **reforma tributária**, a administrativa tem o poder de melhorar significativamente a perspectiva de crescimento do Brasil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O Brasil e o desafio de distribuir renda (Editorial)

Correio Braziliense

Na reação ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 0,9% no segundo trimestre de 2023 em relação aos três meses anteriores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu que o avanço na geração de riqueza seja distribuído para mais brasileiros, o que, segundo ele, nunca foi feito no país. De fato, nas últimas décadas, o Brasil viu a desigualdade de renda aumentar, depois de um período em que se defendia que "era preciso crescer o bolo, para depois dividi-lo" - frase atribuída ao então ministro da Fazenda Delfim Neto no regime militar. O Brasil nunca superou o desafio de ser um país mais igualitário, perpetuando a condição de renda média baixa.

Desde que se industrializou, convive com a transição para uma economia de padrão de renda alto, como as nações desenvolvidas, sem alcançar essa condição. É sempre o país do futuro.

Os programas de transferência de renda ajudam a abrir caminho para uma maior distribuição de renda, mas são insuficientes para assegurar o crescimento estrutural da renda dos brasileiros, o que, a exemplo de outros países, ocorre com garantias à competitividade econômica e condições de mobilidade social que elevem o padrão de renda dos cidadãos. E isso é possível com crescimento econômico sustentável e investimentos para a modernização da economia. A atividade econômica brasileira mostra resiliência diante das inúmeras crises e dos solavancos sofridos ao longo da história, mas seu potencial ainda não foi totalmente explorado exatamente porque não há um processo de desconcentração de renda que eleve o país à condição de desenvolvido.

Ainda que não totalmente atualizados, os dados mostram o quão concentrada é a renda no Brasil e como isso se transforma em uma desigualdade social brutal e que trava uma aceleração maior do desenvolvimento econômico. Dados da Pnad Contínua, do IBGE, mostram que o 1% dos brasileiros mais ricos tem renda 32,5 vezes maior do que os 50% mais pobres. Em 2022, essa diferença significava uma renda mensal per capita de R\$ 17.447 na parcela dos mais ricos contra R\$ 537 entre os mais pobres. E no ano passado a situação melhorou, uma vez que em

2021 a diferença de renda entre ricos e pobres era de 38,4 vezes.

Em outro estudo, compilado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil aparece como um dos recordistas em concentração de renda. No levantamento da ONU, de 2019, o Brasil aparece em segundo lugar entre 180 países no ranking de concentração de renda. Segundo o órgão da ONU, o 1% da população mais rica do país detém 28,3% da renda, enquanto os 40% mais pobres ficam com 10,4%. Ou seja, os mais ricos no Brasil ficam com uma fatia quase três vezes maior do que um contingente enorme da população.

Essa é uma dura realidade brasileira, que não tem apenas uma causa e portanto não pode ser mudada com discursos ou simples auxílios emergenciais para os mais pobres.

O controle das contas públicas, uma **reforma tributária** que desonere efetivamente os investimentos e a renda, um programa de reindustrialização que insira o Brasil nas cadeias de suprimento globais são ações estruturais inadiáveis. Elas devem ser complementadas com taxas de juros mais baixas e maior acesso ao crédito para permitir a retomada efetiva do crescimento econômico a um ritmo superior ao patamar de 2,5% na média nos últimos 40 anos. Além disso, é preciso fortalecer a educação e a formação de trabalhadores para que haja mobilidade social e eles se apropriem desse crescimento via salários melhores.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
O Brasil e o desafio de distribuir renda
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
O Brasil e o desafio de distribuir renda

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/04/all.pdf>

Fundos têm R\$ 756 bilhões

Segundo estimativas do governo, há cerca 2,5 mil brasileiros com recursos aplicados nos fundos exclusivos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% do recursos de fundos no país. Embora não haja limite mínimo, estima-se que a aplicação mínima nesse tipo de fundo deva ser de R\$ 10 milhões, já que os custos de manutenção com taxas e tarifas podem somar R\$ 150 mil por ano.

Por isso, eles são conhecidos como fundos dos super-ricos.

Medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva determina que haverá incidência de Imposto de Renda sobre esse investimentos duas vezes por ano, como acontece com os demais fundos de investimento, diferentemente do que ocorre atualmente, em que a tributação é realizada apenas no resgate.

Será tributado com alíquota de 10% quem optar por iniciar a arrecadação em 2023. A previsão da área econômica é arrecadar R\$ 24 bilhões entre 2023 e 2026. A MP tem vigência imediata, mas precisa ser aprovada pelo Congresso mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias, do contrário perde a validade.

No entanto, a tributação dos fundo dos super-ricos enfrenta resistências no Congresso. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirma que considera arriscado o governo colocar em discussão a taxaço de fundos exclusivos de investimento antes da conclusão final da **reforma tributária** no Senado.

"Eu acho politicamente um risco grande abrir vários flancos de discussão. Enquanto a **reforma tributária** está em discussão no Senado, vir com outro viés agora, antes da finalização, pode embolar o meio de campo", disse ele, na semana passada, em almoço com empresários.

Lira tem alertado ainda para o risco de a tributação provocar a retirada de recursos do país pelos investidores.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/04/all.pdf>

Fuga de capital é "narrativa"

Victor Correia

Para o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Francelino Valença, as medidas anunciadas pelo governo federal para taxar os super-ricos foram bem-vindas, mas devem ser o primeiro passo rumo a um sistema tributário progressivo. Em entrevista ao Correio, Valença afirmou que a hipótese de retirada dos patrimônios do país em caso da taxaço dos ricos é "uma narrativa de ameaça", e que os estudos e as experiências estrangeiras mostram que não é isso que acontece na prática. Embora considere a primeira fase da **reforma tributária** positiva, ele alerta também contra dispositivos incluídos no texto pelos deputados que burlam a tributação de grandes fortunas. No caminho para uma tributação progressiva, o presidente da Fenafisco também defende o fim das benesses para lucros e dividendos, e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda.

Como a Fenafisco enxerga as medidas anunciadas pelo governo para taxar os super ricos?

A gente vê com muito bons olhos. Ainda tem muitas brechas, mas talvez seja o início de uma mudança de paradigma em relação à taxaço de quem, de fato, tem renda para ser taxado. O secretário (de Política Econômica) Guilherme Mello costuma usar a metáfora do condomínio, que eu acho, inclusive, que é do ministro (Fernando Haddad): "Todo mundo paga condomínio, menos quem está na cobertura". Vemos com bons olhos, só que tem um detalhe. Está se taxando o fundo exclusivo, que é quem tem patrimônio acima de R\$ 10 milhões.

A expectativa do governo é arrecadar algo em torno de R\$ 6 bilhões.

Do offshore, a gente tem um pouco de dúvida se vai ter efetividade. Porque os paraísos fiscais dificilmente vão dar informações, eles são conhecidos por isso, mas há uma expectativa de R\$ 7 bilhões. Acho que é o início de uma mudança. O grande desafio é o Congresso aprovar.

Acredito que vai ter uma tensão de forças, de alguns segmentos que não têm interesse em aprovar essas medidas.

A medida impacta os poucos mais ricos e aumenta a arrecadação. Ela beneficia também a maioria de trabalhadores?

Lógico que isso não muda o nosso sistema tributário como um todo, que não deixa de ser regressivo. Fizemos um estudo que mostrou que, até o teto do STF (cerca de R\$ 40 mil mensais) há uma alíquota progressiva. Depois, isso cai vertiginosamente.

Nós nos perguntamos o porquê, e uma das deduções lógicas que fizemos é porque ali está o trabalho assalariado, especialmente dos **servidores públicos**, taxados na fonte. Passado esse patamar, são outros tipos de renda: capital, aluguel, ações, empresas, dividendos. O governo também disse que essa medida é para financiar a isenção do Imposto de Renda. Quem pode criticar uma medida dessas, que se traduz em mais justiça, quando você desonera quem ganha até dois salários mínimos? É muito pouco para estar em uma tabela de Imposto de Renda, com a renda média do nosso país, que é baixa em relação aos países desenvolvidos.

Há preocupação com a retirada de capital por parte dos superricos, com essa taxaço?

O que a gente tem é uma narrativa construída ao longo dessas décadas, de ameaça. Essa é a verdade. Tornando grande parte da sociedade, 99% da população, refém de um pequeno e seletivo grupo dizendo que: "se me taxar, eu saio". Ou seja, só fica aqui se não pagar nada. Isso não é razoável.

Se não está pagando nada, então pode sair, porque não vai ter, teoricamente, prejuízo.

Não contribui com nada. Mas os estudos apontam o contrário.

As taxaço progressivas sobre a renda - não estou falando de imposto sobre grande fortuna - não fizeram as pessoas que empreendem, que têm patrimônio, a retirá-lo do país. Isso não aconteceu nos países desenvolvidos, na Alemanha, na França.

Nos Estados Unidos, por exemplo, eu nunca vi comentarem que os grandes ricos tiraram seu patrimônio.

A nossa taxaço é que é muito diversa da dos países desenvolvidos.

Dizer que se aproximar de naço desenvolvidas vai espantar o capital é algo surreal.

Isso não vai acontecer, e não aconteceu em lugar nenhum do mundo. O que acontece é que há uma casta que praticamente não paga tributo no país. Isso não é razoável, justo, ético, ou moral.

Não faz parte de nenhum estado republicano, democrático. Se aproxima de países ditatoriais.

As empresas nacionais não vão sair do solo nacional. Os grandes patrimônios, as grandes fazendas, não vão vender e sair daqui.

Está na hora de a gente ter coragem para enfrentar essa necessária mudança para o país.

A primeira parte da **reforma tributária** também avançou na progressividade da taxação?

Na **reforma tributária**, aprovada na Câmara, em um dos mecanismos que mais foram alardeados na questão de justiça fiscal, a progressividade sobre a herança, foi colocado um dispositivo que permite que se criem fundações, à semelhança dos Estados Unidos, e que as pessoas ultra-ricas sequer paguem **tributos**. Você joga para a fundação e não paga nem 1%. Isso é um absurdo que passou na **reforma tributária**. Além disso, aquela narrativa de que vai tributar IPVA sobre jatinhos e embarcações não vai acontecer. Foi criado também um mecanismo que propicia que quem tem aeronaves, se um bilionário presta serviço a outro bilionário, está isento, não vai pagar IPVA. E, se botar no iate uma rede de pesca, não vai pagar, porque pesca artesanal não paga imposto.

Ao mesmo tempo em que vimos avanço em uma linha, a gente também vê o recrudescer da outra.

Quais são os próximos passos em direção a um sistema tributário progressivo?

O primeiro passo é acabar com esses mecanismos da reforma.

O segundo deveria ser acabar com essa absurda benesse que a gente tem de não taxar dividendos nem lucros que são distribuídos para os sócios. A coisa é tão surreal que os acionistas são isentos, mas os trabalhadores, quando têm participação no lucro dessas empresas, são tributados em 27,5% do Imposto de Renda. A mesma fonte, se distribuída para os acionistas é isenta, mas para trabalhadores é paga. Que mecanismo perverso é esse? Pari passu a isso, temos que ter uma tabela progressiva de Imposto de Renda, aí sim aumentando essa isenção para a classe que menos ganha. Não me parece razoável que acima de dois salários mínimos já esteja sujeito ao Imposto de Renda. É preciso aumentar essa faixa de isenção.

Só trabalhador paga Imposto de Renda nesse país. Os demais conseguem mecanismos para burlar.

Às vezes, nem burlando, a lei permite (não pagar).

"As taxações progressivas sobre a renda não fizeram as pessoas que empreendem, que têm patrimônio, a retirá-lo do país. Isso não aconteceu nos países desenvolvidos, na Alemanha, na França"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/04/all.pdf>

Economia avança 0,9% no 2º trimestre de 2023, diz IBGE

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro avançou 0,9% no segundo trimestre de 2023, frente ao trimestre anterior. Se comparado ao mesmo trimestre de 2022, o crescimento foi de 3,4%. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho de 2023, o **PIB** cresceu 3,2%, ante os quatro trimestres imediatamente anteriores. No semestre, a alta acumulada foi de 3,7%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em valores correntes, o **PIB** no segundo trimestre de 2023 totalizou R\$ 2,651 trilhões. Desse total, R\$ 2,315 trilhões são referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos, enquanto R\$ 335,7 bilhões são referentes aos **Impostos** sobre Produtos líquidos de Subsídios. Além disso, no segundo trimestre de 2023, a taxa de investimento foi de 17,2% do **PIB**, ficando abaixo da observada no mesmo período de 2022 (18,3%). A taxa de poupança, por exemplo, passou de 18,4% no segundo trimestre de 2022 para 16,9% em 2023.

Segmentos Entre os maiores segmentos que avançaram estão a indústria (0,9%), seguida pelos serviços (0,6%) e agropecuária recuou 0,9%. O crescimento na indústria se deve aos desempenhos positivos de 1,8% nas indústrias extrativas, 0,7% na construção, 0,4% na atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e 0,3% nas indústrias de transformação.

No segmento dos serviços, os resultados positivos foram de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,3%), outras atividades de serviços (1,3%), transporte, armazenagem e correio (0,9%), informação e comunicação (0,7%), atividades imobiliárias (0,5%), administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** (0,4%) e comércio (0,1%). Já no setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 2,9%. Enquanto isso, as importações de bens e serviços subiram 4,5% em relação ao primeiro trimestre de 2023.

Os serviços avançaram 2,3% na mesma comparação. De acordo com o IBGE, o melhor resultado foi de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (6,9%), com destaque para os seguros, especialmente o de automóvel, de vida, riscos financeiros e patrimonial. As demais atividades também cresceram: informação e comunicação

(3,8%), transporte, armazenagem e correio (3,4%), atividades imobiliárias (2,8%), outras atividades de serviços (2,4%), administração, defesa, saúde e educação públicas e **seguridade social** (1,6%) e comércio (0,1%).

No segundo trimestre deste ano, o segmento de despesa de consumo das famílias cresceu 3,0%, resultado influenciado pelo recuo da **inflação**, pelos ajustes nos programas de distribuição de renda, além da melhora no mercado de trabalho e aumento do crédito, em termos reais, a pessoas físicas em relação ao segundo trimestre de 2022. A Formação Bruta de Capital Fixo recuou 2,6% no segundo trimestre de 2023. Essa queda é justificada, principalmente, pela retração na produção de bens de capital que suplantou o crescimento das importações. A Despesa de Consumo do Governo teve alta de 2,9% em relação ao segundo trimestre de 2022.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/04-09-2023-edicao24651/>

Governo perde R\$31 bi com corte em dividendos - CLÁUDIO HUMBERTO

CLÁUDIO HUMBERTO

"" Não pague o pato sozinho ""

Senador Esperidião Amin (SC) dirigindo-se a GDias, acometido de súbita amnésia

A mudança na política de distribuição de lucros custará caro à Petrobras, com fuga de investidores, e principalmente ao governo, que mata a galinha dos ovos de ouro que só nos últimos três meses garantiria R\$31,3 bilhões em dividendos aos cofres públicos. Essa perda é o que o governo deixa de receber, como acionista majoritário, correspondente ao corte de 64,9% na distribuição dos lucros aos acionistas. No segundo trimestre de 2022, a Petrobras distribuiu US\$9,7 bilhões (R\$48 bilhões).

Mudar é cortar O ex-senador do PT Jean Paul Prates anunciou "mudanças" na política de pagamentos de dividendos, após assumir o comando da estatal.

Lucrinho Após o novo comando da estatal aplicar as "mudanças", os dividendos despencaram para US\$3,4 bi (R\$16,8 bilhões) entre abril e junho.

Mais de um terço O governo brasileiro detém direito a receber cerca de 36,6% dos dividendos (lucros) da Petrobras de forma direta e indireta (via BNDES).

Povo acionista Os dividendos distribuídos pela Petrobras bateram recorde no ano passado: R\$217 bilhões.

Quase R\$80 bilhões para os cofres públicos.

Aula de tabuada neles Outra ejaculação precoce foi a taxação de apostas pela internet: "R\$15 bi de receita". Refeitas as contas, deu um décimo: R\$1,5 bilhão.

Imposto da inveja Pode ser muito ruim para o Brasil, provocando debandada idêntica a de outros países, mais **impostos** para punir quem soube ficar rico.

Dinheiro escasseando Só no primeiro semestre, investidores desistiram do Brasil, mandando R\$78 bilhões para fora, antes mesmo da tentativa de taxação de burra.

Ministro na guilhotina A batida da Polícia Federal na

irmã de Juscelino Filho (Comunicações) agitou o União Brasil, que monitora para saber se o ministro vai aguentar a fritura. Não faltam pretendentes para assumir a cadeira de Juscelino.

Prendendo pelo rabo Haddad tentou agradar deputados e senadores com a proposta de orçamento com R\$37,6 bilhões destinados apenas a emendas parlamentares individuais e de bancada.

TSE censor O senador Eduardo Girão (Novo-CE) fez críticas contundentes ao TSE, que segundo ele praticou censura nas eleições de 2022, e avisou: "eles não vão sossegar até quando controlarem as redes sociais".

Direito de acusado A defesa da família envolvida em confusão com Alexandre de Moraes em aeroporto italiano pediu ao Supremo Tribunal Federal acesso antecipado às imagens do barraco.

Quer ver antes de o material ser periciado.

Prepare o bolso A senadora Tereza Cristina (PP-MS) criticou proposta de orçamento do governo para 2024. "Nada propõe para revisão e contenção dos gastos públicos". Superávit (pequeno) só se houver aumento de **impostos**.

Crise para quem?

O rombo bilionário das Americanas não afetou a fortuna Jorge Paulo Lemann, um dos sócios da empresa. A Forbes aponta alta no patrimônio de Lemann, R\$3 bilhões desde 2022. Chegou aos R\$74,9 bilhões.

Desinteresse súbito Entre 18 de agosto e 1º de setembro, o Google Trends Brasil registrou só um único assunto que se aproxima da política, entre os mais buscados: o compromisso de militares do Comando da Amazônia perante a bandeira.

É o amor De acordo com sua proposta de orçamento, o governo arrecadará R\$168 bilhões a mais em 2024, com a correção de supostos "erros", segundo Dario Durigan, sub de Haddad. É como chamam "mais **impostos**".

Pensando bem...

...a **reforma ministerial** petista virou puxadinho.

Taxar fundos exclusivos deve ser novo tiro n"água

O governo pode não ver a cor do dinheirão que fez Fernando Haddad babar, taxando Fundos Exclusivos, dos "muito ricos". É que, nesse setor, há muito dinheiro de previdência privada, inclusive dos bancões, que até criam Fundos Exclusivos em razão ao benefício fiscal. Pela proposta do governo, esses fundos ficam de fora da nova tributação. E cotistas "muito ricos" podem transformar os seus Fundos Exclusivos em Fundos Exclusivos de Previdência Privada. Aí, o ministro terá de enxugar a baba.

O PODER SEM PUDOR

O "furto" que não houve

Brasília não merece mesmo a fama dos políticos que a frequentam. Quando renunciou ao mandato, na esperança de retornar ao poder pelas mãos dos militares, Jânio Quadros pediu ao ajudante de ordens, major Amarante, que deixasse no Palácio Alvorada um terno e sapatos. Mais tarde, em 1978, conforme relato de Murilo Melo Filho em seu soberbo "Tempo Diferente" (ed.

Topbooks, Rio, 295 pp.), Jânio contaria uma lorota à revista Manchete: "A Presidência da República não me deu nada. Pelo contrário, andou me tirando. Lá, furtaram-me um terno, uma camisa e um par de sapatos..."

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/04-09-2023-edicao24651/>

Reforma tributária: O que muda na arrecadação para estados e municípios?

Giuliana Saringer Do UOL, em São Paulo 04/09/2023
04h00

A **reforma tributária**, aprovada na Câmara e em discussão no Senado, altera as regras como os estados e municípios arrecadam **impostos**.

Texto da reforma propõe extinguir cinco **impostos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e Confins). Eles serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual: a CBS e o IBS. A CBS é destinada à União, enquanto o IBS aos estados e municípios.

Hoje cada estado e município têm suas próprias regras sobre o recolhimento dos **impostos**. Os percentuais de arrecadação também variam de local para local. João Claudio Leal, sócio-coordenador da área tributária do SGMP Advogados, diz que a regra atual traz muitas dúvidas e com o IBS, proposto pela reforma, a regra será sempre a mesma em todos os lugares. As alíquotas de imposto é que podem variar.

IBS substituirá o ICMS dos estados e o ISS dos municípios. A CBS vai unificar os **tributos** federais, que são PIS, Cofins e IPI. Ainda não se sabe qual será o novo valor dos **impostos**. A Fazenda estima que o IVA dual deve ser entre 25% e 27% , a depender das exceções que entrarem no texto final aprovado.

O imposto será cobrado no destino, ou seja, no local do consumo do bem ou serviço. Com isso, a expectativa é acabar com a guerra tributária entre estados. Mas como a reforma muda a estrutura de arrecadação, há temores de que estados como São Paulo, que tendem a ser exportadores de produtos e serviços, percam arrecadação.

Reforma deve beneficiar ao menos 82% dos municípios e 60% dos estados , segundo estudo do Ipea. O estudo aponta que a redistribuição de receitas prevista na esfera municipal reduziria em 21% o grau de desigualdade entre os municípios. Governadores e prefeitos, porém, temem perder autonomia sobre a própria receita com o desenho do sistema tributário.

Paulo Vaz, sócio do VBSO Advogados

Reforma propõe a criação do Conselho Federativo. Esta entidade será formada por representantes dos estados e municípios e vai definir as regras do IBS.

Também será responsável pela fiscalização, pela arrecadação e para garantir que haja uma atuação coordenada entre estados e municípios. Pela proposta, as regras serão ajustadas ao longo dos anos para não haver perda de arrecadação.

Hoje o ICMS é recolhido no estado de origem da operação. A reforma diz que o IBS vai ser pago ao estado de origem, onde o produto ou serviço vai ser consumido. "Essa transição para o estado de destino vai se dar em um período maior. Está previsto um período de 50 anos para que você tenha essa redistribuição da arrecadação do IBS passando do modelo de hoje para o novo", afirma Leal.

O período de transição serve para que os estados adaptem as contas para não terem perdas na arrecadação. A mudança no local de arrecadação pretende impedir a chamada "guerra fiscal", quando estados criam mais incentivos para atrair empresas em detrimento de outros estados.

Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados

As mudanças ainda não estão valendo. Como é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o texto precisa passar por duas votações e ter três quintos dos votos a favor. Se o Senado mudar o texto de forma significativa, ele precisa ser votado na Câmara novamente.

Relator prevê que a votação da proposta em comissão do Senado ocorra em outubro. De acordo com a agenda planejada por Eduardo Braga (MDB-AM), serão realizadas ao menos sete audiências públicas para ouvir os diferentes setores (agronegócio, indústria e serviços) e também governadores e prefeitos.

Após a aprovação, a reforma deve ter ao menos quatro leis complementares . Elas serão necessárias para regulamentar temas como regulamentar e fixar alíquota para a CBS e o IBS, regulamentar o Conselho Federativo e transição de créditos do ICMS.

Site:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/09/04/reforma-tributaria-estados-e-municipios.htm>

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

Pressionado a elevar a arrecadação para tirar as contas públicas do vermelho, o presidente de Luiz Inácio Lula da Silva quer aumentar **impostos** sobre os mais ricos, medidas que dependem de aprovação no Congresso Nacional.

A proposta casa bem com o discurso histórico do PT de combater as desigualdades, mas é novidade nas gestões petistas, já que os primeiros governos de Lula e Dilma Rousseff evitaram mexer nos bolsos dos mais endinheirados e optaram por distribuir renda por meio de programas sociais como o Bolsa Família.

Aumentar **impostos** é uma agenda impopular e, quando atinge os mais ricos, enfrenta o obstáculo adicional do forte poder de influência política desse grupo.

Não são medidas fáceis para o Congresso deliberar, reconheceu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quinta-feira (31/8), quando o governo anunciou necessidade de elevar a arrecadação em R\$ 164 bilhões no próximo ano para zerar o rombo nas contas da União.

Especialistas ouvidos pela BBC News Brasil se dividem sobre o apoio às propostas do governo, mas concordam num ponto: se os novos **impostos** não forem bem desenhados, há o risco de os contribuintes de maior renda continuarem driblando o Fisco - por exemplo, modificando seus investimentos ou o funcionamento de suas empresas.

É o que se chama de elisão fiscal - quando o contribuinte lança mão de brechas legais para fugir dos **impostos**.

Estão na mira do Fisco medidas como taxar fundos exclusivos para milionários e investimentos no exterior, voltar a tributar lucros e dividendos distribuídos por empresas, e novas regras no imposto sobre herança para impedir que famílias mais ricas evitem essa cobrança.

"Aqui no Brasil, o mais pobre paga mais imposto de renda do que o dono do banco, porque só desconta mesmo de quem vive de salário. As pessoas que

vivem de rendimento, as pessoas que recebem lucro no final do ano, terminam não pagando imposto de renda", disse Lula no programa semanal do governo Conversa com o Presidente, transmitido pelo Canal Gov, logo após o Executivo enviar ao Congresso propostas para taxar fundos de super ricos.

A fala de Lula tem base em números. Um novo levantamento do Sindifisco (sindicato que representa os auditores-fiscais da **Receita Federal**) mostrou que contribuintes milionários pagam no Brasil alíquotas menores de imposto de renda do que profissionais de renda média e alta, justamente porque uma parcela relevante de seus ganhos está isenta de **tributos**.

Segundo esses dados, contribuintes que declararam em 2021 ganhos totais acima de 160 salários mínimos (R\$ 2,1 milhões no ano, ou R\$ 176 mil por mês) pagaram, em média, uma alíquota efetiva de Imposto de Renda (IR) de menos de 5,5%.

A alíquota efetiva é o percentual da renda total que de fato foi consumida pelo IR. É uma taxa menor do que a parcela paga por aqueles com renda mensal na faixa de R\$ 7 mil (alíquota efetiva média de 6%). Ou menos da metade da cobrada sobre contribuintes com ganho mensal na casa de R\$ 21 mil (alíquota efetiva média de 11,25%).

Alguns economistas, como Sergio Gobetti (Ipea) e Samuel Pessôal (FGV), dizem que para mudar essa realidade também é preciso rever regimes especiais de tributação, como o Simples Nacional, que acaba beneficiando contribuintes de renda elevada, como profissionais liberais e donos de pequenas empresas.

Para eles, alcançar esse público é importante, já que também se trata do topo da pirâmide brasileira. Segundo dados do IBGE, a renda média mensal per capita entre o 1% mais rico da população foi de R\$ 17.447 em 2022.

Mexer no Simples Nacional, porém, enfrenta resistência ainda maior no Congresso e não tem sido citada pelo governo.

Entenda melhor a seguir algumas das propostas em

discussão, os argumentos a favor e contra, e os desafios para evitar que os mais ricos continuem pagando menos **impostos** mesmo que essas medidas sejam aprovadas.

Está nos planos do governo uma ampla reforma do Imposto de Renda que mexeria na tributação de empresas e voltaria a taxar lucros e dividendos distribuídos a seus acionistas - importante fonte de renda dos brasileiros mais ricos e que hoje não sofre qualquer tributação (entenda melhor ao longo da reportagem).

O Brasil é um dos poucos países que não taxa esse tipo de renda. Só em 2021 (dado mais recente disponível), foram pagos R\$ 555,68 bilhões em lucros e dividendos pelas empresas, dinheiro que entrou no bolso dos acionistas limpo de taxas.

Mas o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que a questão será tratada de "forma cautelosa", por duas razões: demandaria uma revisão também de tributação direta das empresas e afetaria não só milionários, mas brasileiros de renda média alta, como profissionais liberais e donos de empresas menores - o que aumenta a dificuldade de aprovação.

"Não dá para fazer de forma atabalhoada. Primeiro porque pode não sair. E segundo porque pode não produzir os resultados que nós desejamos", reconheceu em julho, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo.

Haddad escolheu como medida inicial ampliar a taxação sobre investimentos que atendem brasileiros milionários - são os chamados fundos exclusivos (fechados para apenas um investidor) e os fundos offshore e trusts (investimentos no exterior).

Uma medida provisória e um projeto de lei foram encaminhados ao governo em agosto, e, após negociações, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), se comprometeu a pautar as propostas nas próximas semanas.

O governo conta com dois fatores para conseguir a aprovação: são aplicações que atendem uma parcela muito pequena de brasileiros e que hoje são menos taxadas que outros tipos de investimento.

Esses dois tipos de fundos são tributados, atualmente, apenas no saque das aplicações. A proposta do governo é que os investidores passem a pagar uma taxa sobre seus rendimentos anuais, como já ocorre com outras aplicações.

É uma legislação anacrônica, que não faz sentido nenhum. Não é tomar nada de ninguém, é cobrar

rendimento deste fundo, como qualquer trabalhador paga imposto de renda, já disse o ministro, em uma entrevista sobre a taxação dos fundos exclusivos.

A previsão do governo é de arrecadar R\$ 24 bilhões entre 2023 e 2026 com as duas medidas.

No caso dos fundos exclusivos, a Medida Provisória enviada ao Congresso prevê que essas aplicações passarão a ter a cobrança periódica do come-cotas, de 15% a 22,5% sobre os rendimentos, como ocorre com outros fundos no país.

Segundo estimativas do Executivo, hoje 2,5 mil brasileiros (cerca de 0,001% da população) contam com recursos aplicados em fundos exclusivos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% dos fundos no país.

Já o projeto de lei que trata das offshores e trusts prevê tributação anual de rendimentos de capital aplicado no exterior com alíquotas progressivas de 0% a 22,5%.

Para viabilizar a aprovação da proposta, a Fazenda acolheu sugestão do presidente da Câmara, Arthur Lira, para retirar a incidência do imposto sobre a variação cambial - ou seja, uma valorização da aplicação no exterior devido à valorização do dólar, por exemplo, não entraria no rendimento a ser tributado.

Esses investimentos fora do país são muito usados por famílias ricas para evitar o imposto sobre herança (ITCMD). Isso porque a Constituição de 1988 exige uma lei complementar para regulamentar a taxação de herança no exterior, mas passaram-se décadas sem que o Parlamento fizesse isso.

Enquanto essa lei complementar não for aprovada, o valor investido nesses fundos continuará isento do ITCMD, mesmo com a eventual aprovação da nova tributação anual proposta pelo governo.

Para o consultor tributário Everardo Maciel, secretário da **Receita Federal** durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a gestão Lula está certa em tentar igualar o tratamento de diferentes tipos de fundos. Ele avalia, porém, que os mais ricos continuarão buscando outras opções de investimento isentas, como Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letra de Crédito Imobiliário (LCI).

"O contribuinte não é um cordeirinho que fica aguardando você fazer as coisas (novos **tributos**) e dá o pescoço, não. Ele vai dar saída (dos investimentos). Ele pode ter dois caminhos: aplicar no exterior ou pagar em outros papéis que não têm

imposto", ressalta.

Por outro lado, Maciel é contra a volta da tributação de lucros e dividendos. Foi durante sua gestão na **Receita Federal** que o Congresso aprovou o fim dessa taxação.

O Brasil é um dos poucos países do mundo que não taxa esse tipo de renda. Isso não quer dizer, no entanto, que o dinheiro que entra no bolso do acionista nunca foi tributado.

Sobre o lucro das empresas incide, via de regra, dois **tributos**: o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujas alíquotas somam 34%. É uma tributação alta na comparação internacional, mas estudos indicam que, na prática, empresas brasileiras pagam alíquotas menores, devido a incentivos fiscais e regimes especiais para companhias menores.

Maciel argumenta que isentar dividendos e taxar diretamente o lucro das empresas é uma maneira mais eficaz de arrecadação. Segundo ele, a mudança foi implementada em 1996 porque os empresários adotavam medidas para driblar a cobrança sobre dividendos, fazendo uma distribuição disfarçada de lucros, ao pagar contas pessoais com recursos das empresas, por exemplo.

"O fato é que a força de trabalho da receita era concentrada estritamente para ver distribuição disfarçada de lucro", afirma.

Depois da mudança, ele ressalta, houve um forte aumento de arrecadação sobre o lucro das empresas.

"Temos três maneiras de tributar (o lucro): uma só na empresa, outra só na distribuição de dividendos, e a terceira nos dois. A escolha deve ser feita pela forma que for mais eficiente. Do ponto de vista da sonegação, é muito mais fácil fazer planejamento tributário fazendo a tributação nessas duas formas (nas empresas e na distribuição de dividendos), do que fazer só na empresa", reforça.

Economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) especializado em tributação e finanças públicas, Sérgio Gobetti considera fundamental a tributação de lucros e dividendos como instrumento de distribuição de renda, ainda mais num país tão desigual como o Brasil.

Ele reconhece que há risco de a volta de tributação de dividendos ser acompanhada de novas estratégias dos ricos para driblar o imposto e, por isso, defende que a medida venha acompanhada de uma ampla reforma da tributação dos lucros de empresas no país, para

fechar essas brechas.

Hoje, empresas podem ter seus ganhos tributados em diferentes modalidades, a depender do seu porte e de suas características: no lucro real, no lucro presumido ou por meio do Simples.

Com isso, cada uma paga diferentes alíquotas. No caso do lucro real, o lucro pode ser taxado em até 34% (IRPJ e CSLL), mas benefícios e isenções costumam reduzir esse patamar.

Já empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões podem entrar no Simples Nacional, com alíquotas progressivas que variam de 4% a 33% e englobam oito **impostos**, entre eles o IRPJ.

Para Gobetti, há dois problemas aí: o limite de faturamento para entrar no regime simplificado brasileiro ser alto na comparação internacional; e o fato do Simples incluir não só **impostos** que incidem sobre a produção das empresas, mas também sobre os lucros.

Na sua avaliação, a volta da tributação dos dividendos deveria vir acompanhada de uma reforma ampla da taxação das empresas, que elimine as exceções que permitem a empresas pagar pouco sobre seus ganhos. Isso, recorda, não foi feito numa proposta enviada pelo governo Jair Bolsonaro que chegou a ser aprovada na Câmara dos Deputados em 2021 e depois empacou no Senado.

O texto aprovado reduziu as alíquotas e IRPJ e CSLL sobre as empresas, ao mesmo tempo que instituiu uma alíquota de 15% sobre lucros e dividendos.

Por outro lado, a Câmara mudou a proposta do governo Bolsonaro para manter isento dessa nova cobrança o dinheiro distribuído a acionistas por empresas do Simples Nacional e companhias do lucro presumido com faturamento até o limite de R\$ 4,8 milhões, desde que não se enquadrassem em restrições societárias da tributação simplificada.

Para Gobetti, as exceções aprovadas com amplo apoio na Câmara, com votos de partidos da esquerda à centro-direita, beneficiavam, na prática, pequenos empresários e profissionais liberais com renda elevada na comparação com a média da população, como advogados, médicos, economistas.

"Tem que fazer uma coisa bem feita, tem que funcionar. E ela (a taxação de dividendos) não funciona se tiver a isenção das empresas do Simples. É muita receita que se perde, além de gerar um enorme incentivo para todo mundo ficar dividindo as empresas, para ficar abaixo dos R\$ 4,8 milhões (de

lucro da empresa). É um escândalo isso", criticou.

Já defensores da inclusão das exceções, como o então relator da proposta na Câmara e hoje ministro do Turismo, Celso Sabino, alegaram que o foco da volta da taxa de dividendos seria atingir apenas os super ricos.

"As empresas do Simples Nacional são um dos pilares da nossa economia e da geração de empregos. Sensível a essa importância e após receber inúmeras demandas da sociedade, sugeri ao relator @depcelsoSabino para que essas empresas permanecessem isentas na taxa de dividendos", defendeu também na ocasião o presidente da Câmara, Arthur Lira, em uma mensagem no antigo Twitter.

Outros benefícios que aliviam o bolso dos mais ricos estão em debate no Congresso.

A **reforma tributária** - uma proposta de emenda constitucional (PEC) - aprovada no primeiro semestre na Câmara, que agora tramita no Senado, aprovou a cobrança de IPVA sobre jatinhos e embarcações de luxo, itens que hoje são isentos desse tributo, amplamente cobrado sobre veículos terrestres, como motos e carros.

Um estudo de 2020 do Sindifisco estimou que essa nova tributação poderia arrecadar R\$ 4,7 bilhões por ano, aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA.

No entanto, segundo outra entidade, a Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal), o texto aprovado na Câmara deixa espaço para contribuintes ricos sonegarem esse imposto.

Como a proposta enviada ao Senado isenta alguns veículos do novo imposto, como aviões de transporte e barcos voltados à pesca artesanal e de subsistência, a Unafisco vê a possibilidade de proprietários de jatinhos ou embarcações de lazer enquadrarem indevidamente seus veículos nas exceções para fugir do IPVA.

Embora a **reforma tributária** que tramita no Congresso foque principalmente em **tributos** sobre produção e consumo, o texto aprovado na Câmara incluiu também algumas mudanças na taxa de herança que podem dificultar estratégias hoje usadas pelos mais ricos para não pagar o imposto ou pagar alíquotas menores.

O imposto sobre herança (ITCMD) é estadual e hoje tem alíquota máxima de 8%, um patamar considerado baixo na comparação internacional. Cada estado pode estabelecer a forma de cobrança - se cobra uma taxa fixa ou progressiva (mais alta quanto maior o valor

herdado).

Segundo um levantamento do Ipea, as alíquotas máximas variam de 2% (AM), 4% (RO, AC, RR, AP, AL, ES, SP e PR), 5% (MG), 6% (PA, PI, RN, RS, MS e DF), 7% (MA e SC), e 8% nos demais estados.

Hoje, porém, famílias podem abrir o inventário - processo para a transmissão da herança - em um estado diferente do local da morte, buscando assim onde há alíquotas menores. Isso beneficia, sobretudo, quando a herança envolve bens móveis (recursos financeiros ou quotas de empresas, por exemplo), já que no caso de imóveis a cobrança é sempre feita no estado onde ele está localizado.

O texto da **reforma tributária** aprovado na Câmara, ainda em análise no Senado, fecha essa brecha ao estabelecer que o ITCMD sobre bens móveis seja cobrado no estado em que o transmissor da herança faleceu.

Além disso, o texto da reforma também prevê regras provisórias para possibilitar a taxa de heranças no exterior enquanto o Congresso não aprova uma lei complementar específica sobre esse tema.

Caso o texto seja aprovado também no Senado, bens do falecido no exterior passariam a ser tributados pelo ITCMD do estado em que ele residia. Já na hipótese do morto morar fora do Brasil, a herança seria taxada pela alíquota estadual do local de residência dos herdeiros.

O aumento da alíquota máxima de 8%, porém, não vem sendo discutida no Congresso.

Para o pesquisador do Ipea Pedro de Carvalho Junior, que estuda a tributação de heranças, há espaço para elevar o limite do imposto para 20%, implementando uma tributação mais progressiva (taxa maior sobre heranças de maior valor).

Ele defende, porém, que essa medida venha acompanhada de outras regras que dificultem o planejamento sucessório, como as doações feitas em vida de forma fracionada, para enquadrar esses repasses dentro dos limites de isenção, evitando a tributação.

"Acho que há espaço para aumento, que a nossa alíquota máxima está abaixo da média internacional, mas também tem que atingir esses outros problemas, porque se não vai ser inefetivo. Vai acabar (com) os mais ricos conseguindo evadir, como fazem, e a classe média acaba não tendo esses meios", ressaltou.

Notícias Relacionadas:

G1 - NACIONAL

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

PORTAL TERRA

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

SPIAI.COM - CURITIBA - PR

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

ARACAJU AGORA NOTÍCIAS - SE

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

JORNAL FLORIPA - SC

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

SOCIAL MARÍLIA - SÃO PAULO - SP

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

HOJE PERNAMBUCO - RECIFE - PE

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

BBC NEWS BRASIL

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

AGORA PE

Como super-ricos podem continuar driblando impostos - apesar dos planos de Lula para taxá-los

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/09/512>

[2520-como-super-ricos-podem-continuar-driblando-](#)

[impostos-apesar-dos-planos-de-lula-para-taxa-los.html](#)

Resultado acende alerta para ritmo de queda da inflação

Marsílea Gombata

Os dados do **PIB** do segundo trimestre que indicam um consumo aquecido acendem um alerta sobre o ritmo de queda da **inflação** e derrubam a ideia de que os cortes dos juros começarão a acelerar, afirma Paula Magalhães, economista- chefe da consultoria A.C.

Pastore Associados.

O **PIB** do segundo trimestre avançou 0,9% ante o primeiro e 3,4% na variação anual. A despesa de consumo das famílias cresceu 0,9% e de consumo do governo, 0,7%, ante o primeiro trimestre.

Na comparação com o segundo trimestre de 2022, as altas foram de 3% e 2,9%, respectivamente.

"Parece que o hiato [de produto] está abrindo. Um crescimento forte assim mostra que tem um hiato mais positivo, no momento em que o Comitê de Política Monetária (Copom) está diminuindo os juros. Isso levanta dúvidas quanto à **inflação**", afirma.

"Se a atividade está mais forte do que esperávamos e o hiato está mesmo mais positivo, será que essa desaceleração da **inflação** se sustenta no momento de hiato aberto? Fico em dúvida quanto ao futuro porque parte da **inflação** que tem maior inércia vem de serviços subjacentes.

E, no momento em que se tem um **PIB** com consumo acelerando e serviços ainda bem resilientes, o alerta acende." Segundo Magalhães, os dados divulgados na sexta-feira mostram que a economia está mais resiliente aos juros altos. Os números sobre consumo comprovam isso, assim como os de investimento, que teve desaceleração menor.

"No segundo trimestre, houve incentivo do governo com aumento de salário mínimo, a funcionários públicos, e estímulos fiscais, como o programa para venda de automóveis", diz. "Mas, olhando para o mercado de trabalho, parece que não foi só isso.

Analisando setores e massa salarial, vemos que não se trata apenas de estímulo." Além do setor agropecuário, cujo crescimento acarreta expansão em atividades interligadas na indústria e em serviços, a

economista chama atenção para um crescimento potencial um pouco maior que o esperado, dada as reformas estruturais feitas nos últimos anos.

Apesar de uma economia aquecida tornar mais árdua a tarefa de redução da **inflação**, a economista não crê em mudança no ciclo de corte de juros no curto prazo. O que pode mudar é o ritmo, prevê. "Não há nenhuma expectativa diferente do corte de 0,5 ponto percentual na reunião deste mês", diz.

Ela argumenta, contudo, que o resultado de sexta-feira tira a ideia de cortes acelerados.

"Pode-se ter alguma dúvida até onde o Copom irá, sobre [quando será] o fim do ciclo, se haverá alguma pausa ou não.

Mas o comitê já se comprometeu com os próximos cortes e, por isso, fica difícil pensar em mudança em relação a eles", afirma.

Segundo a economista, os cortes mais adiante dependerão mais dos dados sobre o terceiro trimestre. "Os membros do comitê avaliarão com mais calma os dados do próximo trimestre para ver se é necessário ajustar esse ciclo de corte ou não", diz.

Por ora, a política monetária ainda se encontra em patamar restritivo e, apesar do corte de 0,5 ponto percentual da Selic em agosto, os efeitos devem aparecer apenas no ano que vem, afirma.

"**PIB** com consumo acelerando e serviços bem resilientes acende alerta" Paula Magalhães

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Brasileiros fazem população de Portugal voltar a crescer

Vicente Nunes Correspondente

Lisboa - A emigração de brasileiros para Portugal está provocando uma mudança estrutural no país europeu.

Depois de uma década em queda livre, a população portuguesa voltou a crescer a partir de 2019, feito atribuído aos estrangeiros que passaram a viver em território luso, em particular, aos cidadãos oriundos do Brasil. Dados do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que os brasileiros que cruzam o Atlântico vêm compensando, desde então, boa parte do deficit populacional local.

Os números impressionam, reconhece Francisco Assis, presidente do Conselho Econômico e Social de Portugal. Entre 2019 e 2022, a população residente de Portugal aumentou em 133,9 mil pessoas, para quase 10,5 milhões.

Nesse mesmo período, 134,3 mil brasileiros foram incorporados às estatísticas oficiais. Ou seja, compensaram o fato de as mortes continuarem maiores que os nascimentos no país europeu e, com os demais estrangeiros, de 143 nacionalidades, supriram o buraco aberto por portugueses que foram para outros países.

Ainda que essa realidade chame a atenção pela sua potência, o demógrafo Pedro Góis, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, acredita que a participação dos estrangeiros na população de Portugal está subestimada.

Somente de março a agosto deste ano, mais de 100 mil brasileiros que viviam ilegalmente no país conseguiram regularizar a situação por meio de um acordo dentro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

"Apenas nesse caso, estamos falando do correspondente a 1% da população portuguesa", afirma Góis. Portanto, quando esses brasileiros forem captados pelo próximo Censo, certamente, o salto da população residente em território luso será mais expressivo.

O impacto da chegada de estrangeiros e, principalmente, de brasileiros a Portugal já se vê no mercado de trabalho e em vários outros segmentos da

estrutura social do país europeu. Os imigrantes respondem, atualmente, por mais de 1,2 bilhão de euros (ou R\$ 6,6 bilhões) por ano em arrecadação para a **Seguridade Social**, a Previdência local. No ano passado, quase 17% dos bebês - 14 mil - nascidos em terras lusitanas foram de pais não portugueses, sendo a maior parte deles oriunda do Brasil. Com isso, o número de filhos por mulher em idade fértil aumentou de 1,35 para 1,43, ainda muito aquém dos 2,1 necessários para repor, naturalmente, a população portuguesa.

Não é só. Pelo menos 30 mil crianças estrangeiras foram matriculadas para a pré-escola e para o primeiro ciclo de educação no ano letivo que começa neste mês de setembro. Delas, mais de 15 mil são brasileiras. No geral, quase 10% dos estudantes da rede pública são filhos de imigrantes.

Entre os alunos de mestrado e doutorado, 50% são brasileiros.

Chama também a atenção o fato de os pais de crianças estrangeiras terem uma taxa de escolaridade maior do que a dos portugueses.

"Isso reforça a percepção de que o perfil dos imigrantes, em especial, dos brasileiros, mudou. Estão emigrando para Portugal mais famílias de classe média e média alta e não somente aqueles que estão interessados apenas em um posto de trabalho", ressalta a economista Sandra Utsumi, diretora executiva do Haitong Bank.

Inverno demográfico

Apesar da inversão da curva populacional em Portugal, os desafios para que o movimento se mantenha nos próximos anos são enormes.

O país, como a Espanha e a Itália, está longe de sair do que os especialistas definem como "inverno demográfico". "Mesmo com a chegada em peso dos imigrantes, a proporção da população jovem decresceu e a de idosos aumentou", destaca Utsumi. Entre 2021 e 2022, a proporção de jovens na população portuguesa caiu de 15% para 12,9% e a de pessoas com mais de 65 anos aumentou de 19,2% para 24%. Para cada 100 jovens no país europeu há 185,6 idosos.

Os mais de 800 mil imigrantes que residem em território luso têm idade média de 37 anos, 10 anos a menos que os portugueses - entre os brasileiros, a idade média é de 33 anos.

Dos estrangeiros, 79,4% estão em idade ativa, ou seja, aptos para o mercado de trabalho. Entre os portugueses, esse índice é de 62,8%, e vem caindo ano a ano.

O Banco de Portugal destaca, porém, que, da população imigrante, os cidadãos oriundos do Brasil representam 62% da população ativa. São os brasileiros que têm suprido, em grande parte, a mão de obra necessária para manter a economia portuguesa funcionando sem solavancos.

Francisco Assis, do Conselho Econômico e Social, afirma que uma pesquisa do órgão constatou que, sem o fluxo de estrangeiros para Portugal, entre 2045 e 2050, a população do país seria de 7 milhões - um encolhimento assustador. Nas projeções do Banco de Portugal, apenas para que a população mantenha o número atual de habitantes até 2100, serão necessários, em média, 58 mil imigrantes por ano.

Esse fluxo terá de ser conjugado com o aumento da taxa de fecundidade, processo que leva anos. "A demografia se move muito devagar. E temos de levar em conta que os imigrantes que estão chegando em Portugal vão envelhecer", ressalta Pedro Góis.

Os economistas Wanda Cunha e António Antunes, do Banco de Portugal, têm se dedicado sobre o impacto da imigração na população residente em território luso.

Em um podcast sobre o tema, eles fazem um alerta sobre a dependência do país europeu por cidadãos de outras localidades.

"O saldo migratório tem sido positivo, mas apresentado grande volatilidade, nem sempre sendo suficiente para compensar a baixa taxa de natalidade", diz Wanda.

Há outro entrave: em períodos de crises, como as de 2011, muitos estrangeiros perderam o emprego e tiveram de retornar aos países de origem. Movimento semelhante se viu entre 2020 e 2021, durante a pandemia. Os brasileiros foram os que mais deixaram Portugal nesse período.

Por isso, conforme António Antunes, é preciso que o governo português dê foco nas políticas de imigração, de forma que Portugal atraia pessoas em idade ativa, com qualificação para o mercado de trabalho e com incentivos para ter filhos. Há o risco, por exemplo, de

os estrangeiros, ao serem incorporados à sociedade portuguesa, acabarem absorvendo a política de poucos filhos. "Faz 100% sentido ter estratégias de longo prazo. É preciso criar mais incentivos para ter efeitos sobre a taxa de natalidade.

E sabemos que há evidências muito fortes de que essas políticas são de difícil implementação, com resultados demorados", frisa.

Prazo para adaptação

No entender de Pedro Góis, da Universidade de Coimbra, no geral, os imigrantes levam tempo para se adaptarem à nova vida nos países em que escolheram morar. Não é diferente em Portugal. "Se não se adaptarem em cinco anos, vão embora. Após esse tempo, a maioria tende a ficar", explica. Ele destaca que, quando emigram com as famílias, tornam-se mais resilientes ante as dificuldades. Na atual leva de brasileiros que desembarcaram em Portugal, boa parte são de famílias constituídas. O professor acredita que a comunidade brasileira hoje seja de ao menos 500 mil pessoas, mais do que o dobro do informado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), de 239,7 mil.

Especialista em imigração, o advogado Fábio Pimentel, do escritório Pimentel Aniceto, afirma que, com todo o processo de regularização e com as chegadas que não param, nos próximos três anos, os brasileiros em Portugal serão 1 milhão e representarão quase 10% da população residente em terras lusitanas. Francisco Assis, do Conselho Econômico e Social, endossa essa previsão, mas recomenda ao governo português que torne esse processo mais amigável. "É preciso criar todas as condições para que os estrangeiros sejam incorporados à sociedade para que se reduza, ao máximo, os casos de xenofobia; infelizmente, um problema para todos os que emigram, inclusive para os portugueses que vão tentar a sorte em outros países", diz.

Ele vê os brasileiros como público preferencial a ser atraído por Portugal. "Defendemos a migração de todos os lugares, mas, com os brasileiros, pela questão da língua, da proximidade cultural e da fácil adaptação, a integração tende a ser mais fácil", explica.

Além de ter conversado com o embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro, para desenvolver políticas conjuntas contra a xenofobia, Assis buscará parcerias da Universidade de Brasília (UnB) com instituições de ensino portuguesas para o desenvolvimento de pesquisas que mostrem quem são os brasileiros que vivem em Portugal, onde estão, do que gostam, em que trabalham.

O levantamento servirá como subsídio importante para a adoção de políticas públicas.

Fábio Knauer, sócio e fundador da Aliança Portuguesa, acredita que a emigração de brasileiros para Portugal é um movimento irreversível. Mas, para ele, é preciso que todo o processo de mudança de um país para o outro ocorra de forma muito planejada, para evitar surpresas desagradáveis.

Nos últimos dois anos, os preços subiram muito no país europeu, especialmente no caso dos aluguéis. De nada adianta se aventurar no território luso sem a garantia de que haverá as condições necessárias para uma vida digna. Portugal facilitou as regras para estrangeiros que desejem morar, estudar e trabalhar no país. Sendo assim, que se tire proveito, sem atropelos, com os dois pés bem fincados no chão.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/04/all.pdf>

"Há margem de manobra para déficit zero", diz secretário

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Lu Aiko Otta

O secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, disse em entrevista ao Valor que, "além do compromisso firme" de perseguir a meta de resultado zero em 2024, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem "medidas de contingência e margens de manobra naturais no processo orçamentário" que podem ser acionadas para auxiliar na busca do déficit zero.

"O norte a ser buscado é de um orçamento equilibrado, moderno, mas que, ao mesmo tempo, há contingências em mente para enfrentar esse desafio", considerou, ao dizer que a agenda de aperfeiçoamento do orçamento também contribui para esse processo, ao estabelecer metas e acompanhamento da efetividade do gasto.

Alguns especialistas têm criticado o fato de o governo apostar no aumento das receitas para alcançar essa meta, em vez de discutir formas de reduzir despesas. Essas "cartas na manga" também atuam no lado das receitas. Elas incluem a regulamentação do preço de transferência (R\$ 20 bilhões), o empoçamento histórico (R\$ 22 bilhões) e a futura regularização de recebíveis da União, a ser enviada por projeto de lei (R\$ 30 bilhões a R\$ 50 bilhões). Nenhuma entrou no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024.

Em sua primeira entrevista exclusiva desde que assumiu o comando da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, em janeiro deste ano, Bijos disse que a decisão de alocar R\$ 21 bilhões de gastos do Bolsa Família no âmbito dos R\$ 32 bilhões de despesas condicionadas foi resultado de "um diálogo técnico e político" dentro do Executivo.

O mecanismo das despesas condicionadas foi incluído pelo governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), mas o relator do texto, o deputado Danilo Forte (União-CE), tem dito que pode derrubar o dispositivo.

Isso porque o mecanismo constava no novo arcabouço fiscal, porém o Congresso o retirou do texto final.

Uma das prioridades da peça orçamentária de 2024, explicou, foi preservar o mesmo nível de despesas

discricionárias dos órgãos em relação ao patamar observado neste ano "obviamente com alguns ajustes". Entre eles, garantir recursos para ministérios com menor orçamento e que estão em fase de reconstrução, como Igualdade Racional, Mulheres e Cultura.

Mas muitas demandas ficaram de fora, como os reajustes para o Bolsa Família e para o funcionalismo.

Nesse sentido, Bijos explicou que está em curso um processo de revisão de despesas obrigatórias, em especial das previdenciárias, que pode abrir espaço no Orçamento de 2024.

"A gente quer ver [a qualidade do gasto] além das discricionárias." Sobre o Orçamento deste ano, ele repetiu que o governo buscará o Tribunal de Contas da União (TCU) para não aplicar, em 2023, os pisos de saúde e educação decorrentes do fim do teto de gastos.

Na visão do Executivo, isso poderia levar a uma paralisia da máquina pública até o fim de dezembro, já que o impacto estimado seria de R\$ 18 bilhões. Por outro lado, o secretário disse que, apesar do fim da regra fiscal anterior, os limites anuais de despesa dos ministérios para este ano continuam os mesmos, com o governo tendo de manter ou fazer novos bloqueios para cumprir o teto - o montante bloqueado é de R\$ 3,2 bilhões.

O secretário também disse que o avanço de 3,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, divulgado no dia 1o, é "fundamental para todo o processo de recuperação fiscal, de estabilização da relação dívida/**PIB**, de geração de superávits primários". "Reforça a tendência que tenhamos melhoria no quadro fiscal do país", afirma.

Bijos vem conduzindo uma agenda dentro da SOF, chamada Orçamento por Desempenho 2.0, que visa aperfeiçoar e modernizar o processo orçamentário com indicações para o médio prazo, metas físicas, agendas transversais e revisão de gastos, na intenção de dar mais transparência às mais de 3,5 mil páginas da peça orçamentária.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: O resultado do **PIB** do segundo trimestre de

2023 abre uma perspectiva diferente para o fiscal deste ano e para 2024? O que muda em termos de Orçamento?

Paulo Bijos: Esse ponto merece dois destaques. O primeiro deles é que as expectativas de crescimento têm convergido para aquelas que o governo vinha anunciando. O processo de convergência é positivo, com governo e mercado se aproximando numa trajetória boa. O segundo ponto é que isso é fundamental para todo o processo de recuperação fiscal, de estabilização de dívida/**PIB**, de geração de superávits primários. Reforça a tendência que nós tenhamos uma melhoria no quadro fiscal do país.

Valor: Uma crítica comum ao Orçamento de 2024 é que ele é irrealista e muito otimista, com receitas dependentes de aprovação no Congresso.

Como o sr. responde a essas críticas?

Bijos: Substituiria essas palavras por "desafiador". Isso reconhecemos.

Tivemos um contexto de elaboração orçamentária muito desafiador, não só pelo esforço de arrecadação. O que fica de positivo é que, apesar de todos os desafios, chegamos ao final com êxito, cumprindo a promessa de entregar um Orçamento equilibrado, com déficit zero. Todas as medidas [de arrecadação] foram apresentadas em tempo hábil.

Pode-se discutir se uma medida tem mais probabilidade de realização do que a outra, mas o fato é que tudo foi formalizado. Agora, daqui para frente é legítimo que se discuta. O Congresso vai apreciar as propostas e aperfeiçoar.

Valor: Dentro dos R\$ 32 bilhões de despesas condicionadas, existe uma avaliação que vocês escolheram R\$ 21 bilhões de Bolsa Família para deixar mais difícil que o Congresso derrube do PLDO o mecanismo que permite condicionar gastos.

Como foi feita essa escolha?

Bijos: São R\$ 21 bilhões condicionados para o Bolsa Família e R\$ 11 bilhões para as demais discricionárias.

Havia uma ampla gama de possibilidade sobre onde condicionar. No fim, foi um diálogo técnico e político. Decisões alocativas são sempre políticas, mas tecnicamente subsidiadas.

O Bolsa, por ser uma despesa com controle de fluxo, sujeita à disponibilidade orçamentária, seria passível de condicionamento.

E as discricionárias, por não serem obrigatórias, também.

Valor: O Orçamento de 2024 não atendeu a muitas das demandas dos ministérios, como reajuste do Bolsa Família e do funcionalismo. Como foi feita a seleção do que entraria dentro do espaço de R\$ 55 bilhões de discricionárias sem carimbo?

Bijos: Uma diretriz foi preservar o mesmo nível de discricionária dos órgãos em 2023, obviamente com alguns ajustes. Por exemplo, ministérios de orçamento menor, como Igualdade Racial, Mulheres e Cultura, receberam um acréscimo maior, porque são orçamentos muito pequenos e [ministérios] em fase de reconstrução. Mas a diretriz maior era: preservar as discricionárias de 2023. Considerada essa diretriz, somada àquele grande acréscimo para a saúde em razão do retorno dos mínimos constitucionais e ao piso de investimento, é que tivemos que administrar a arte do possível para conseguir fechar um Orçamento equilibrado e dentro do limite da regra de despesa.

Valor: Mas ficou muita demanda reprimida. Aquele "waiver" de R\$ 15 bilhões, a ser aberto no segundo bimestre, serve para atender essas demandas?

Bijos: É um potencial, mas não há garantia. Esse crédito de R\$ 15 bilhões só saberemos se terá condições de se concretizar depois da segunda avaliação bimestral [de 2024], em maio, na hipótese de as receitas apresentarem desempenho acima do esperado.

Valor: Há possibilidade de reajuste do Bolsa Família se o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) fizer revisões de gastos?

Bijos: Não é um reajuste, é um ponto que já vem sendo implementado com muito êxito pelo MDS, que é a revisão do cadastro.

Sabemos que o Bolsa Família legitimamente cresceu muito em valor e em proporção do **PIB**. Mas, de outro lado, temos que reconhecer que há também ajustes de cadastro que podem ser feitos e têm sido feitos. Essas economias potenciais, de quem não deveria estar no programa, podem servir de abertura de espaço fiscal para quem precisa entrar no programa.

Valor: O pente-fino nos benefícios do **INSS** também entra dentro dessa lógica de abrir espaço orçamentário em 2024?

Bijos: Esse também é algo que pode seguir uma lógica similar.

Existe um acórdão do TCU que já aponta um volume significativo de erro ou fraude nos benefícios previdenciários, que pode equivaler de 11% a 33% dos benefícios.

Valor: O Orçamento continua muito engessado, com 92% das despesas sendo obrigatórias.

Como o governo vai enfrentar esse problema a partir de 2025, já que o arcabouço trouxe piso de investimento e retorno dos pisos da saúde e educação?

Bijos: É um problema orçamentário que não é de hoje. Precisaremos ficar atentos a essa amarra orçamentária. A própria agenda da revisão do gasto pode contribuir para isso. O "spending review" no passado era focado em discricionárias, em custeio, mas a gente sabe que isso rende muito pouco, e muitas vezes não dá para forçar a mão em despesas de funcionamento [da máquina pública], principalmente com esse esforço de reconstrução de ministérios.

Não é aí que estão os grandes números. Grandes números do Orçamento estão nas despesas obrigatórias, então a revisão do gasto abrange tudo.

Valor: O foco é mais em obrigatória e gasto tributário do que discricionária?

Bijos: O foco é tudo, mas agora a gente quer ver [a qualidade do gasto] além das discricionárias.

Valor: O ganho maior é na revisão das despesas obrigatórias?

Bijos: Isso, mas as discricionárias também continuam importantes [no processo de revisão de gastos].

Dentro delas têm subconjunto de custeio, que não tem muita cauda.

Mas, nas discricionárias dos ministérios há muito exercício alocativo interessante. Nos pedidos de crédito adicionais nem sempre é possível atender os pleitos, mas eles podem ser atendidos via remanejamento, realocação. A ministra [Simone Tebet] tem dito nas reuniões que a ideia é repriorizar despesa, não diminuir gasto.

Valor: Somando as medidas adicionais de arrecadação, a Fazenda apresentou um dado de medidas fora do PLOA com uma margem de até R\$ 90 bilhões, que serviriam de "carta na manga" em novas receitas para 2024. Isso foi uma resposta do governo à desconfiança sobre o alcance das medidas para zerar o déficit?

Bijos: A ideia do secretário do Tesouro, [Rogério] Ceron, foi apresentar que o governo, além de ter um firme compromisso com o que já foi apresentado no PLOA, também pensa em medidas de contingência e margens de manobra naturais no processo orçamentário.

Valor: Isso quer dizer que, se algumas propostas já enviadas não prosperarem, não há motivo para pânico?

Bijos: A ideia é dizer que o governo tem um norte muito claro, que é perseguir o Orçamento equilibrado.

É claro que vivemos no mundo real, que pode nos apresentar percalços no meio do caminho.

Mas a mensagem é que o norte a ser buscado é de orçamento equilibrado, moderno e, ao mesmo tempo, há contingências em mente para enfrentar esse desafio.

Valor: Sobre 2023, o MPO informou que haverá consulta ao TCU sobre aplicação do piso da saúde e educação com o fim do teto de gastos.

Sem essa regra, como ficam os bloqueios já efetuados no Orçamento?

Bijos: O novo arcabouço não liberou o limite de despesas para este ano. Em 2023, a gente vai seguir até o fim do ano com a mesma lógica de bloqueio e de limite das dotações autorizadas em 2023, com a continuidade dos bloqueios bimestrais até o fim do ano. E, como nos manteremos firmes em relação aos limites de despesas, não faz sentido penalizar o Orçamento deste ano com retorno dos mínimos antigos de vinculação da saúde à receita.

Valor: A ministra Simone Tebet citou que, se os mínimos de saúde e educação fossem aplicados em 2023, haveria "shutdown" nos ministérios.

Esse é o cenário?

Bijos: São R\$ 18 bilhões, se entendermos que deve ser aplicada à saúde [a regra de] 15% da receita corrente líquida prevista pro ano atualizada. Quando a gente faz aquele bloqueio de R\$ 1 bilhão, o impacto disso nos ministérios já é muito forte. Imaginem se forem R\$ 18 bilhões.

Valor: Há espaço para ampliar emendas no Orçamento de 2024?

Parlamentares consideraram pouco o montante de R\$ 37 bilhões.

Bijos: O volume de emendas já é bastante expressivo, mas essa decisão de participação do Legislativo no processo orçamentário é parte do processo. É natural que Executivo e Congresso sejam coprotagonistas na elaboração do Orçamento, e caberá ao Parlamento ver qual espaço fiscal para isso.

Valor: Haverá proposta de novo cálculo para os pisos de saúde e educação olhando para 2025?

Bijos: Essa é uma ideia tanto da Fazenda quanto do Planejamento.

A gente sabe que regras de despesas vinculadas à receita têm o vício de serem regras pró-cíclicas.

O ideal é que as regras sejam anticíclicas. Os princípios gerais já estão no radar. Eventualmente, é ter regras mais anticíclicas, preservando essas despesas como prioridades. São áreas muito sensíveis ao governo e à sociedade.

Valor: Precatórios também é algo a ser endereçado para o Orçamento de 2025?

Bijos: É outra questão relevante que está no nosso radar também, tanto no Planejamento quanto na Fazenda.

Valor: Via Proposta de Emenda à Constituição (PEC)?

Bijos: Pode ser parte da solução, assim como o mínimo da saúde e educação, que envolve PEC. Está em estudo, em grau de prioridade. O governo herdou esse problema, é reconhecido por todos que precisa ser resolvido.

Valor: A saúde em 2024 vai ter um acréscimo relevante de R\$ 50 bilhões por causa da volta do piso.

Onde vai ser alocado esse recurso?

Bijos: Esse é o coração da minha fala e é aí que está o Orçamento por Desempenho 2.0, que visa responder essa pergunta. Haverá um acréscimo de R\$ 50 bilhões à saúde.

O que isso vai gerar de resultado?

Essa é nossa agenda e queremos avançar com força nessa discussão.

O Orçamento brasileiro é bem equipado para explicitar as entregas, com as ações, as metas físicas.

Em acréscimos a essa entrega, queremos discutir a efetividade, que é importante e pode avançar muito no

Orçamento, identificando, por exemplo, se os indicadores da saúde melhoraram com esses recursos. Com transparência, conseguimos alimentar o debate público, para avaliar o que funciona ou não.

Valor: Essas inovações no Orçamento dão mais realismo? Tendo em vista que os PLOAs sempre são chamados de "peça de ficção".

Bijos: Há espaço para melhoria, mas acho injusto dizer que é "peça de ficção". As dotações estão colocadas, o realismo está muito presente.

Naturalmente há grau de incerteza, mas isso nós monitoramos bimestralmente, nas despesas e receitas. Não é possível cravar na largada esses números. O que essa agenda faz é contribuir para [o Orçamento] ser mais consistente.

"[**PIB** do 2º tri] reforça a tendência que nós tenhamos melhoriano quadro fiscal"

"Regras de despesas vinculadas à receita têm o vício de ser em regras pró-cíclicas"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/editions>

INSS tem mais vagas desocupadas do que servidores em atividade; déficit é de 21 mil cargos em aberto

Brasília

/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tem 21.884 cargos desocupados, mostram números do instituto disponíveis no portal de dados abertos do governo federal. O Distrito Federal concentra 79% das vagas do **INSS**, com carência de 17.361 servidores. Em seguida, estão Pernambuco (1.200) e São Paulo (1.062). Segundo o levantamento, que considera o período de janeiro de 2015 a julho de 2023, quatro unidades federativas não têm carências (confira no mapa abaixo). A quantidade de vagas é superior ao número total de servidores - 19.768.

As aposentadorias lideram a lista de motivos, com 16.086 (73,5%) casos. As desocupações incluem, ainda, razões como exoneração e morte. Veja:

Aposentadoria: 16.086 (73,5%)

Redistribuição: 3.695 (17%)

Falecimento: 668 (3%)

Posse em outro cargo: 575 (2,6%)

Exoneração: 559 (2,5%)

Demissão: 293 (1,3%)

Anulação e decisão judicial: 8 (0,1%)

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O **INSS** é responsável pelo pagamento de aposentadorias e outros benefícios aos trabalhadores que contribuem com a **previdência social**. Em 10 anos, o órgão perdeu cerca de 20 mil colaboradores, indo de 39 mil para 19.768 servidores. O R7 pediu ao instituto a lotação por unidade federativa, mas o **INSS**

disponibilizou apenas os dados por região. Confira:

Sudeste: 7.624 servidores (38,5%)

Nordeste: 5.598 servidores (28,3%)

Sul: 3.253 servidores (16,4%)

Centro-Oeste: 2.151 servidores (10,8%)

Norte: 1.142 servidores (6%)

As vagas no órgão atingem ao menos 150 funções, de diversos níveis educacionais. Técnico do seguro social é a carreira com mais vagas, com 11.160, seguida por perito médico previdenciário (4.500) e agente de serviços diversos (1.601). Veja as funções com mais de 100 vagas:

Técnico do seguro social: 11.160

Perito médico previdenciário: 4.500

Agente de serviços diversos: 1.601

Datilógrafo: 859

Analista do seguro social: 399

Agente de vigilância: 348

Assistente social: 338

Motorista: 252

Administrador: 232

Contador: 151

Em nota ao R7, o **INSS** afirmou que, "como em todo órgão que tem menos pessoas e uma demanda crescente, a vaga pode afetar a análise de requerimentos". Para diminuir o problema, o órgão tem apostado em soluções digitais.

O **INSS**, além de chamar 1.000 concursados que estão exclusivamente na análise de benefícios, tem

simplificado os processos pelo aplicativo Meu **INSS** - que oferece 100 serviços ao segurado de forma digital - e, desde o final de julho, está em andamento o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, que visa trazer para dentro do prazo legal de 45 dias todos os requerimentos que estão no aguardo de análise.

INSS, em nota ao R7

Os últimos concursos para o **INSS** foram em 2015 e 2022. Segundo o instituto, 1.000 aprovados na prova de 2022 já foram convocados. O órgão pediu que outros 250 aprovados sejam nomeados.

"O **INSS** também enviou ao Ministério da **Previdência Social** pedido para que os demais aprovados do cadastro reserva (1.894) sejam convocados. Contudo, a nomeação deste excedente depende de publicação de decreto da Presidência da República", completou em nota.

Quanto à previsão de novos concursos, o **INSS** informou à reportagem que incluiu a necessidade no projeto de Lei Orçamentária, "mas não há data, porque depende da aprovação do orçamento".

Em resposta ao R7 , o Ministério da **Previdência Social** reforçou a informação e acrescentou que novos certames estão em discussão. "O ministério e o **INSS** estão em tratativas para a realização de novos concursos, para a carreira do seguro social e para peritos médicos", escreveu.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/inss-tem-mais-vagas-desocupadas-do-que-servidores-em-atividade-deficit-e-de-21-mil-cargos-em-aberto-01092023>

Lira convoca deputados para votar projetos do governo

Fernanda Strickland

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), determinou que os deputados estejam em Brasília a partir de hoje para acelerar votação de projetos do interesse do governo. O propósito é adiantar a tramitação dessas propostas, numa semana que será mais curta por conta do feriado do 7 de Setembro, na quinta-feira.

Na relação de projetos a serem apreciados até quarta-feira (6/9) estão o Programa Desenrola Brasil, a taxação das apostas esportivas e a limitação da taxa de juros no rotativo do cartão de crédito. Se não der para concluir essas votações, Lira quer adiantar o que for possível.

O Desenrola Brasil, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é um programa que busca auxiliar na renegociação de dívidas da população. Criado por meio de uma medida provisória, em junho, o programa divide o público em duas faixas. Aqueles que recebem até dois salários mínimos e possuem dívidas de até R\$ 5 mil poderão renegociar e parcelar seus subsídios em até 60 vezes.

Estima-se que essa iniciativa possa beneficiar até 70 milhões de brasileiros individualizados, de acordo com o Ministério da Fazenda. O programa já está em tramitação na Casa, porém, a análise depende da reunião do colégio de líderes, que deve ocorrer hoje à noite.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Alencar Santana (PT-SP), aprovou a iniciativa e Lira em antecipar o retorno dos parlamentares.

É uma matéria importante para o país e para o povo em especial. Votar agora demonstra justamente essa preocupação. É positivo, disse Santana ao Correio.

Apostas esportivas

Outro projeto que será votado é a tributação das apostas esportivas. A regulamentação propõe que as empresas do ramo sejam taxadas em 18% sobre a receita bruta dos jogos, descontando os prêmios pagos aos apostadores. Deste montante, serão 10% de contribuição para a **seguridade social**; 0,82% para educação básica; 2,55% ao Fundo Nacional de

Segurança Pública; 1,63% aos clubes e atletas que tiverem seus nomes e símbolos ligados às apostas; e 3% ao Ministério do Esporte.

Além disso, os apostadores deverão pagar 30% de Imposto de Renda sobre os prêmios conquistados. O governo federal enfatiza que a maior parte das arrecadações será destinada à segurança social e ao Ministério do Esporte.

A taxação dessas apostas ocorre num momento que na Câmara funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Manipulação do Resultado em Partidas de Futebol. A partir de uma denúncia do Ministério Público de Goiás, descobriu-se um esquema que envolvia até jogadores nessa modalidade de jogo, na qual se aposta que atleta irá fazer um gol numa partida ou quem receberá um cartão amarelo ou vermelho.

Juros do cartão

Por fim, o projeto que limita a taxa de juros no rotativo do cartão de crédito também será pensado e votado. Essa proposta visa estabelecer um limite máximo para os juros cobrados nessa modalidade de crédito, buscando proteger os consumidores de taxas abusivas e desproporcionais.

Normalmente, os deputados passam as segundas-feiras em suas bases eleitorais, permanecendo em Brasília apenas nas terças, quartas e quintas-feiras. No entanto, devido à importância dessas propostas, Arthur Lira convocou os deputados federais para estarem presentes na capital nesta segunda-feira. A definição das pautas que irão ao plenário será divulgada durante a reunião de líderes que ocorrerá hoje.

Para o governo, em especial para a área econômica, as votações dessas propostas representam o momento crucial, de otimismo com a economia. As propostas têm potencial para trazer benefícios significativos, como a renegociação de dívidas, uma maior arrecadação de **impostos** e a proteção dos consumidores no uso do **cartão** de crédito.

Deficit zero

O governo projeta um deficit zero para 2024, meta

vista como audaciosa por analistas econômicos. O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), entende ser viável e acha que o caminho passa pela aprovação dessas propostas no Congresso.

É evidente que o governo tem condições de cumprir o déficit zero em 2024, mantendo programas sociais e investimentos em obras. E fará isto sem aumentar **impostos** de quem produz e trabalha , afirmou Dirceu.

O petista acredita que o governo atingirá uma arrecadação de R\$ 168 bilhões com essas propostas que estão tramitando no Congresso, e cita a retomada do voto de qualidade no **Carf**, onde o governo dará o chamado voto de minerva , que define a pendência em caso de empate entre seus membros.

Dirceu lista ainda a tributação sobre os fundos offshore , que tem sido chamado do fundo dos super-ricos .

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Lira convoca deputados

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/09/512-2510-lira-convoca-deputados-para-votar-projetos-do-governo.html>

O recado de Lula com o atraso na reforma ministerial - WAGNER PARENTE

WAGNER PARENTE

O suposto atraso na **reforma ministerial** é um recado muito claro de Lula ao mundo político: quem está no controle do tempo sou eu. Essa mensagem vinda de um político experiente, que ficou preso por 580 dias, precisa ser um ponderador nas análises que, por vezes, são feitas nos noticiários.

Durante a tramitação do arcabouço fiscal foi comum ouvir que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, estava pressionando o governo para só colocar em votação o texto depois que concessões no arranjo ministerial fossem feitas por parte do chefe do Executivo.

Não só os ajustes nas cadeiras não foram feitos como Lula ainda vetou parte do texto aprovado pelo Congresso que proibia a exclusão de despesas primárias da meta. Na prática, o veto pode dar mais espaço para gasto público. Restou a Lira resmungar que o veto teria "muitas chances" de ser derrubado pelo Congresso Nacional.

A verdade é que, enquanto a popularidade de Lula continuar em níveis razoáveis e a economia melhorando, será muito difícil para os concorrentes do poder se insurgirem. Por enquanto, ambas as premissas favorecem o presidente.

O crescimento de 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre de 2023 superou a expectativa da maioria dos analistas. Com a produção e a demanda crescendo em níveis equilibrados, a **inflação** permanece sob controle. Esse cenário favorece o ciclo de redução da taxa de juros iniciado na última reunião do Comitê de Política Monetária. Com a economia minimamente em ordem, a popularidade do mandatário tende a seguir o mesmo caminho.

Uma pesquisa do instituto Genial/Quaest, publicada em meados de agosto, atribui ao presidente 60% de aprovação, ante 51% em abril. A mesma pesquisa mostra que a popularidade de Lula melhorou inclusive em São Paulo - governado pelo bolsonarista semi-arrepentido, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) -, onde Lula agora tem aprovação de 42% (contra 36% de abril).

As boas notícias na popularidade e na economia

terminam por refletir no Congresso Nacional. Não por acaso, o Senado aprovou na última semana o Projeto de Lei que dá ao governo vitória em julgamentos entre a fazenda nacional e o contribuinte no âmbito do **Carf**, espécie de tribunal administrativo para matérias tributárias. Com essa conquista, o governo espera trazer mais R\$ 59 bilhões aos caixas públicos. À oposição, vocalizada pelo Senador Rogério Marinho (PL-RN), restou esperar.

O momento fortalecido do governo lhe garante também uma posição com mais condições de influir na **reforma tributária**, que também tramita no Senado. Longe de haver consenso, a divisão de poder entre União, Estados e Municípios foi o principal ponto discutido na sessão de debates promovidas por Rodrigo Pacheco (PSD-MG) na última terça-feira. O governo deixou claro que não pretende atropelar os governadores, mas considerando a força que Lula tem no Senado, tão pouco parece ser razoável esperar que os mandatários dos estados consigam barrar o andamento da reforma.

Na mitologia Grega, Cronos era o rei dos titãs e a principal divindade relacionada ao tempo. A ideia é de que quem controla o tempo detém poder difícil de contrapor. Hoje, resta pouca dúvida que este tempo político está nas mãos de Lula, mas se até Cronos em algum momento foi derrotado, é sempre bom lembrar o quanto o poder pode ser efêmero.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/04/09/2023/p1>

Presidente deve bater martelo da reforma ministerial

Renan Truffi

Com viagem marcada para Índia, onde participará da Cúpula do G20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá a tarefa de encaminhar a **reforma ministerial** nesta semana, antes de embarcar para Nova Déli, na quinta- feira.

A expectativa de auxiliares próximos é que o presidente bata o martelo sobre os cargos que serão, enfim, entregues ao Centrão.

Na prática, ao menos dois possíveis desenhos para a reforma estão na mesa do presidente da República.

O primeiro deles envolve uma nova fórmula para contemplar o PP com um pedaço do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Pelo desenho, o atual ministro, Wellington Dias (PT-PI), continuaria responsável pelo Bolsa Família, mas assimilaria o que seria o futuro Ministério de Pequenas Empresas, ainda não criado.

A justificativa da articulação política é que Wellington Dias tem uma experiência prévia relacionada à economia solidária e ao empreendedorismo, da época em que ele estava à frente do governo do Piauí. Com isso, o deputado André Fufuca (PP-MA) ficaria com a gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O próprio Centrão, entretanto, procurou o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) da Presidência da República, Alexandre Padilha (PT), na semana passada e propôs uma outra saída.

Neste segundo desenho, Fufuca assumiria o Ministério do Esporte, no lugar da atual titular, Ana Moser, e receberia, como compensação, uma estrutura relacionada ao empreendedorismo, formando o Ministério do Esporte, Juventude e Empreendedorismo.

Diante dessas possibilidades, o que parece mais certo é a indicação do deputado Silvio Costa Filho (PE), do Republicanos, para assumir o Ministério dos Portos e Aeroportos. Apesar disso, essa escolha também abre outro flanco de indefinição: o destino do atual ministro Márcio França (PSB-SP), que está nos Portos, mas pode ir para a Ciência e Tecnologia ou para o próprio

Ministério de Pequenas Empresas.

Para dificultar ainda mais o cenário para o presidente Lula, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil), foi alvo, na última sexta-feira (1o), de uma operação da Polícia Federal que apura desvio dinheiro da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Juscelino teve os bens bloqueados por determinação do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), assim como outros investigados pela PF. A operação mirou a irmã de Juscelino, Luana Rezende, que é prefeita de Vitorino Freire (MA). Ela foi afastada do cargo por determinação de Barroso.

Segundo fontes do Palácio do Planalto, a continuidade do ministro no cargo dependerá sobretudo de novas informações que vierem à tona e das reações do presidente Lula. De qualquer forma, segundo interlocutores do governo, a vaga nas Comunicações continuará sendo do União Brasil, mesmo com a demissão de Juscelino.

Por fim, Lula também terá que decidir sobre um novo nome para comandar a Caixa Econômica Federal. A saída da atual presidente do banco, Rita Serrano, também busca acomodar o "Centrão".

A substituição dela, porém, já está precificada pelos funcionários do banco público. A tendência é de que a indicação de Margarete Coelho (PP-PI) seja mesmo aceita pelo presidente, ainda que a ex-governadora do Piauí seja próxima do presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PP-PI), que faz oposição declarada ao governo petista.

Internamente na Caixa, a preocupação crescente é com a possível reestruturação que deverá acontecer nas vice-presidências para contemplar PP, União Brasil e Republicanos.

E a demora no anúncio também tem contribuído para intensificar as críticas em relação à qualificação de Margarete para o cargo.

A ex-deputada federal não tem experiência em instituição financeira, um dos requisitos exigidos para a função.

O nome que parece mais certo é o de Silvio Costa
Filho para Portos e Aeroportos

Notícias Relacionadas:

RÁDIO BAND NEWS FM 90,5 - DF
Presidente deve bater martelo da reforma ministerial

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

A surpresa do PIB e os erros de previsão dos economistas - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

O resultado do **PIB** brasileiro no segundo trimestre contrariou - de longe, resalte-se - as previsões dos "especialistas". A economia avançou 0,9% em relação ao trimestre anterior, ou três vezes acima do esperado pelo mercado. No ano, as novas estimativas apontam para um resultado em torno de 3%. Em janeiro, o consenso dizia que o **PIB** cresceria, se tanto, 0,8% em 2023. Antes que se faça qualquer tipo de ilação imprudente, a verdade é que os economistas têm errado quase sempre em suas previsões - foi assim também na gestão Bolsonaro. No início de 2022, relatórios apontavam que a expansão seria de 0,35%, sendo que ao final do ano ela foi de 2,9%. Há, portanto, um problema evidente nas métricas adotadas por quem faz esse tipo de estimativa, ou talvez a dificuldade seja apenas o excesso de pessimismo. Seja como for, a verdade é que o Brasil deverá entregar bom **PIB** em 2023, a despeito do mau humor dos analistas.

AES Brasil e Microsoft assinam acordo de energia limpa

Empresa especializada em geração de energia 100% renovável, a AES Brasil assinou um acordo com a Microsoft para fornecer energia limpa às operações da americana Microsoft no mercado brasileiro. Com duração de 15 anos, o acordo prevê o abastecimento de 77 megawatts médios de energia (MwM) a partir de julho de 2024. Segundo a AES, a energia será gerada pelo complexo eólico Cajuína, que está em construção no Rio Grande do Norte. O projeto receberá R\$ 1 bilhão em investimentos.

Com lítio em alta, canadense Sigma fatura no Brasil

A canadense Sigma, que produz lítio no Brasil, vai embarcar 15 mil toneladas do mineral para a China. Em 2023, a companhia espera exportar 130 mil toneladas do produto - um recorde. Usadas em carros elétricos, as baterias de lítio avançam sem freios mundo afora. Elas deverão gerar US\$ 15 bilhões em negócios neste ano, um salto de 30% em relação a 2022. E o crescimento será contínuo. Até 2030, conforme projeção feita pela consultoria SNE Research, o setor tende a movimentar US\$ 52,7 bilhões.

Para Wozniak, Inteligência Artificial não mudará (tanto) as nossas vidas

A Inteligência Artificial provocará grande impacto na sociedade? Talvez não. Para Steve Wozniak, o gênio que criou a Apple com Steve Jobs, há certo exagero nas avaliações sobre o potencial da tecnologia. Uma das principais atrações da Expert XP, evento promovido pela XP Investimentos, Wozniak disse que a IA "não vai mudar completamente as nossas vidas." Ele foi além: "A sociedade sempre se reorganiza quando há revoluções tecnológicas". Ou seja, nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno.

Rapidinhas

Criados em marços de 2021, os Fiagros, os fundos de investimentos nas cadeias produtivas agroindustriais, se multiplicam no país. No intervalo de um ano, o patrimônio dos 38 produtos existentes no Brasil passou de R\$ 6 bilhões para R\$ 8,7 bilhões, segundo a Anbima, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

E por falar em Fiagros: assinada pelo presidente Lula, a medida provisória que prevê cobrança de até 20% sobre rendimentos de fundos exclusivos manteve a isenção dos Fiagros. A decisão representou um alívio para o agronegócio, que usa os recursos gerados pela modalidade como fonte de financiamento.

Os carros elétricos aceleraram os resultados financeiros da montadora chinesa BYD no primeiro semestre. O lucro líquido da empresa disparou 140% em comparação com o mesmo período do ano passado - trata-se do melhor desempenho de toda a indústria automotiva mundial. Não é só: as receitas cresceram 30%, para US\$ 7,7 bilhões.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a ApexBrasil assinaram um convênio para promover a avicultura e a suinocultura do Brasil no mercado internacional. Entre as ações previstas estão a organização de eventos e a participação em feiras no exterior. A expectativa é de gerar US\$ 4 bilhões em negócios nos próximos dois anos.

"A falta de taxação dos fundos exclusivos é algo inacreditável, porque outros fundos são tributados"

José Roberto Mendonça de Barros, economista da MB Associados, sobre a nova tributação dos "fundos dos super-ricos"

38% dos cargos de liderança no Brasil são ocupados por mulheres, segundo pesquisa da consultoria Grant Thornton. Em 2019, o índice era de 25%

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/04/all.pdf>

As prioridades da pauta econômica para 2023 (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

É inegável que para retomar o crescimento econômico sustentável o Brasil precisa de reformas estruturais que favoreçam a elevação dos investimentos e da produtividade. O governo priorizou, corretamente a meu ver, a reforma da tributação do consumo (PEC 45), já aprovada na Câmara e em tramitação no Senado. Vários estudos mostram o enorme potencial dessa medida para elevar, a médio e longo prazos, o crescimento potencial da economia.

Mesmo depois da aprovação no Senado, ainda haverá um longo caminho a percorrer para que as diretrizes da PEC 45 possam ser aplicadas. Grande parte das alterações necessita de complexas leis complementares, e muitos pontos requerem maior detalhamento técnico.

Em igual nível de prioridade está a questão das contas públicas.

Os números divulgados na semana passada são preocupantes.

O déficit primário do setor público não financeiro consolidado (União, Estados, municípios e algumas estatais) relativo aos sete primeiros meses do ano (R\$ 56,2 bilhões) ficou acima das expectativas dos analistas, tendo mostrado forte deterioração no último mês desse período. Para 2024, parece cada vez mais difícil que o governo central consiga cumprir a meta de equilíbrio orçamentário, como consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Alterar ou não cumprir a meta, logo no primeiro ano após a aprovação do novo arcabouço, seria péssimo para a credibilidade da política fiscal, provocaria depreciação cambial e deterioraria as expectativas de **inflação**, dificultando a continuidade ou a velocidade da redução da taxa básica de juro.

Dadas as dificuldades práticas e políticas para redução do gasto público a curto prazo, não resta outra saída para o ministro Fernando Haddad do que lutar pela aprovação de medidas que elevem significativamente a receita já a partir do ano quem,

bem como se esforçar para aprimorar a eficiência da máquina arrecadadora.

Em meio a essa corrida para estancar a sangria fiscal, a oposição e o presidente da Câmara, deputado Artur Lira, vêm anunciando que pretendem priorizar a discussão e aprovação da PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa.

Apesar do excelente substitutivo do deputado Arthur Maia (União-BA) já ter sido aprovado em comissão e estar pronto para votação no plenário desde setembro de 2021, sua tramitação foi paralisada por iniciativa do próprio governo que a propôs.

O tema é árduo politicamente, pois, entre muitas outras medidas, flexibiliza a demissão de servidores estáveis.

Tende a congestionar ainda mais a já apertada pauta econômica no Congresso.

A reforma administrativa é importante para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços que o setor público presta à população. Mas seus eventuais efeitos fiscais não são quantificáveis e somente serão percebidos a médio e longo prazos. Será que este é o melhor momento para recolocá-la no debate legislativo?

Claudio Adilson Gonzalez, Economista, diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

O peso do agro e do impulso fiscal nas surpresas do PIB - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

A economia brasileira caminha para terminar 2023 com um crescimento de 3% ou mais, depois de uma expansão de 2,9% em 2022. Nos dois casos, um avanço do **PIB** significativamente maior do que o esperado pelos economistas no fim do ano anterior. Em dezembro de 2021, o consenso de mercado apontava uma alta de apenas 0,36% em 2022; no fim do ano passado, as apostas eram de 0,8% em 2023.

A dificuldade em estimar o impacto dos setores de commodities na economia, em especial da agropecuária, parece um dos principais motivos para os erros de projeção. O impulso fiscal a partir do segundo semestre do ano passado também pode ajudar a explicar os equívocos nas estimativas, num cenário em que os juros básicos subiram de 2% em março de 2021 para 13,75% ao ano em agosto de 2022-agora, estão em 13,25%.

O desempenho da agropecuária tem sido excepcional. No primeiro semestre, cresceu 17,9% em relação ao mesmo período de 2022. Os economistas Bráulio Borges e Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, destacam em relatório "a importância da expansão da agropecuária e seus transbordamentos para o restante da economia", num país em que o

agronegócio responde por quase um quarto do **PIB**, segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). Borges e Nishida observam que "houve uma alta expressiva" da renda gerada a partir da exploração de recursos naturais nos últimos anos, incluindo da indústria extrativa, "que se sustentou na primeira metade de 2023". Segundo os dois, entre o fim de 2020 e meados de 2022, boa parte do aumento dessa renda refletiu a mudança de nível do câmbio pós-pandemia, com o dólar saindo de poucos menos de R\$ 4 para algo entre R\$ 5 e R\$ 5,50, e a elevação dos preços de commodities. "Em 2023, a forte alta dos volumes vem contrabalançando, em boa medida, a queda dos preços internacionais e a valorização cambial", apontam eles, avaliando, contudo, que essa "compensação" não deverá se sustentar nos próximos trimestres. Para a LCA, a renda gerada pela exploração de recursos naturais deve recuar cerca de 15% até o fim de 2024, descontada a **inflação**,

"passando a representar um vetor de desaceleração do crescimento do **PIB**, tanto pelos efeitos diretos como pelos indiretos".

Sócio e economista-chefe da JGP Gestão de Recursos, Fernando Rocha também ressalta o papel da renda gerada por esses segmentos no **PIB** deste ano. "Em relação ao setor agropecuário, além do forte crescimento da produção, deve-se destacar também o bom comportamento da renda, sustentada por preços bastante favoráveis. O mesmo vale para o setor de extrativa mineral. Há um transbordamento dessa renda para outros serviços, como comércio, transportes, armazenagem", escreve ele.

Nesse cenário, haveria dificuldades para estimar o efeito indireto das commodities sobre o **PIB** total. Esses produtos também têm impulsionado o saldo comercial, que atingiu US\$ 63,3 bilhões de janeiro a agosto, quase 45% a mais do que no mesmo período de 2022. No **PIB** do primeiro semestre, as vendas ao exterior cresceram 9,7% na comparação com a primeira metade do ano passado, uma alta expressiva. "Esse comportamento forte das exportações é a contrapartida, pelo lado da demanda, dos desempenhos da agropecuária e da indústria extrativa pelo lado da oferta", diz Borges, para quem os efeitos diretos e indiretos da renda de commodities é que explicam boa parte das surpresas favoráveis consecutivas no **PIB** desde 2020.

Além disso, há um estímulo fiscal considerável desde a segunda metade de 2022, como diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs.

De janeiro a julho, as despesas não financeiras da União cresceram 8,7%, descontada a **inflação**. Parte desses gastos se reflete em aumento do consumo das famílias. É o caso de programas de transferência de renda como o Bolsa Família, que se consolidou no valor de R\$ 600, contando ainda, a partir de março, com um benefício de R\$ 150 por criança de até seis anos. Com o impacto também da força do mercado de trabalho e da **inflação** cadente, o consumo das famílias cresceu 3,2% no primeiro semestre.

Já o aumento dos investimentos da União aparece na chamada formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em construção civil,

máquinas e equipamentos e inovação), como diz Borges. O governo federal tem investido mais neste ano, mas o valor é baixo para impactar a FBCF, que recuou 0,9% no primeiro semestre. De janeiro a julho, os gastos de capital da União subiram 21,4% acima da inflação, para R\$29,2 bilhões.

No segundo trimestre, o consumo do governo teve uma alta de 0,7% na comparação com os três meses anteriores. Reajustes do funcionalismo público são captados por esse componente da demanda, por refletir os gastos com pessoal e custeio de todos os níveis de governo, segundo Borges. Vale lembrar que os servidores federais civis tiveram um aumento linear de 9% a partir de maio, enquanto os 26 Estados e o Distrito Federal elevaram os gastos com pessoal em 6,6% acima da inflação no primeiro semestre.

Com uma política fiscal expansionista, o efeito da Selic elevada sobre a atividade é menor do que seria num cenário de gastos mais controlados, embora os juros altos, tudo indica, estejam inibindo investimentos do setor privado, o que se reflete no desempenho fraco da formação bruta de capital fixo. Não há uma coordenação mais efetiva entre apolítica monetária e a política fiscal, ainda que o novo arcabouço tenha reduzido o risco de cenários mais extremos.

Nesse quadro, o PIB tem crescido mais do que sugerem os modelos dos economistas. Se os setores de commodities mantiverem o fôlego, a economia em 2024 também poderá ter um resultado mais forte do que se projeta atualmente- antes da divulgação do PIB na sexta-feira, o consenso era de um avanço de 1,33%. Já no caso da política fiscal, a insistência no expansionismo é contraproducente, por estreitar o espaço para a queda dos juros e por poder levar a uma piora da percepção de risco-uma combinação obviamente negativa para o crescimento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Renda per capita atinge recorde no trimestre

Lucianne Carneiro

Com o ritmo mais lento de crescimento da população observado no Censo 2022, o Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita alcançou, no segundo trimestre, o maior valor desde o primeiro trimestre de 2014 e o mais alto desde o começo da série histórica, iniciada em 1996, segundo cálculos do economista Vitor Vidal, ex-Bradesco, FGV Ibre e LCA Consultores e atualmente em doutorado na Barcelona School of Economics. As contas consideram a taxa de 0,52% de crescimento médio anual da população brasileira, e as projeções foram ajustadas para se chegar à expansão ano a ano.

Se uma população que cresce menos ajuda no resultado absoluto do **PIB** per capita - já que uma economia do mesmo tamanho precisa ser dividida por um número menor de pessoas, acende o alerta para o impacto dessa transição demográfica mais rápida que a estimada anteriormente na atividade econômica brasileira.

"O mercado financeiro não tem olhado muito para os dados dessa transição demográfica, mas é um indicador importante para entender a economia brasileira a longo prazo. Pelas minhas contas, o início da queda da população brasileira começará em 2032, bem antes do que o IBGE estimava [2048]", diz ele.

Com menos gente entrando no mercado de trabalho, reforça Vidal, o crescimento da economia fica cada vez mais dependente de aumento de produtividade, que ele classifica como "desprezível" no Brasil. "Cada vez menos trabalhadores entram no mercado para alavancar a economia. Aí o que nos resta para crescer é aquela ladainha da produtividade, que pouco avança no país", nota.

Cálculo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) mostra que a produtividade brasileira cresceu 2,1% no primeiro trimestre, ante o trimestre anterior, mas o impulso veio da agropecuária.

Quando se exclui esse setor da conta, houve uma queda de 1%.

"Com o Censo mostrando um ritmo diferente de expansão da população, tem um lado bom, que é dividir o bolo com menos gente, ajuda a reduzir o gap do **PIB** per capita. Mas, à medida que avança a transição demográfica, o país tem menor crescimento

econômico, é natural. E isso ainda começa a ocorrer com uma redução da taxa de participação no mercado de trabalho", afirma a pesquisadora sênior do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro FGV Ibre, Silvia Matos.

Nesse cenário, aponta, um crescimento mais perene da economia depende de investimentos e produtividade, que tem sido dependente do setor agropecuário. "É um desafio enorme a expansão da produtividade. A agropecuária tem ficado mais produtiva, mas também depende de clima. O que se vê hoje é que, tirando esses setores mais "commoditizados", a produtividade é menor", diz.

A projeção de Matos é que o **PIB** per capita encerre o ano com alta de 2,04% ante 2022, em R\$ 49.825.

A estimativa considera crescimento de 2,5% do **PIB** neste ano e aumento de 0,47% da população - também já ajustado pelos dados do Censo Demográfico 2022.

Para 2024, é esperado um desempenho mais modesto, com 0,77% de variação do **PIB** per capita, ao lado de alta de 1,2% do **PIB**.

Pelas contas de Vidal para o desempenho trimestral do **PIB** per capita, o recorde alcançado no segundo trimestre foi de um montante de R\$ 13.087, o maior desde os R\$ 13.054 do primeiro trimestre de 2014, antes do início da recessão brasileira daquele período.

O indicador de **PIB** per capita relaciona a riqueza de um país com o tamanho de sua população. Funciona para comparar a situação de um país com os demais e também ajuda a identificar os ciclos econômicos, segundo Vidal.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Gasto público e não investimento explica crescimento do PIB (Editorial)

A economia brasileira praticamente não desacelerou no segundo trimestre e exibe um vigor que desafia os prognósticos de retração no resto do ano. O **PIB** cresceu 0,9% entre abril e junho, acima das expectativas da maioria dos analistas consultados pelo Valor - uma expansão acumulada no ano corrente de 3,7%, de 3,2% nos últimos quatro trimestres e de 3,4% na comparação em 12 meses. O crescimento no ano passado foi de 2,9%.

A excepcional performance da agricultura puxou o resultado do primeiro trimestre mas, como era esperado, não se repetiu agora, ainda que a queda não seja muito relevante (-0,9%). O principal responsável pelo crescimento do **PIB** foi o consumo das famílias (que pesa praticamente dois terços na ponderação pelo lado da demanda), que voltou a se acelerar e, não por acaso, simultaneamente ao consumo do governo, que aumentou.

O impulso dos gastos públicos e a redução da **inflação** pelo efeito do aumento dos juros, foram os principais fatores responsáveis pelo avanço da economia. A retração esperada foi adiada pela ampliação forte das subvenções sociais, em especial do Bolsa Família, iniciada no governo de Jair Bolsonaro e sacramentada pela PEC da Transição, no pós-eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Por efeito estatístico, com o resultado até agora, se a economia estagnar até o fim do ano, o **PIB** crescerá ao mesmo ritmo do ano passado.

O aumento da renda mantém a economia à tona diante da ofensiva dos juros altos. Desde que a disputa eleitoral de 2022 se acirrou e o então presidente Jair Bolsonaro ampliou os pagamentos do Auxílio Brasil, o orçamento dos programas sociais triplicou - o Bolsa Família passou a consumir R\$ 167 bilhões, muito acima dos R\$ 40 bilhões desembolsados pelos governos anteriores, com acréscimo de 1,2 ponto percentual do **PIB**. Foi a partir daí, observando-se os números do IBGE divulgados ontem, que o consumo das famílias, então em queda, reagiu e subiu de 3,7% para 4,3% entre o terceiro e o quarto trimestre de 2022, avanço que prosseguiu no início de 2023 (na comparação de quatro trimestres em relação aos anteriores) e arrefeceu agora, para 3,9%.

O consumo das famílias diminui devagar, em um ritmo

inferior ao que faria supor a persistência das altas taxas de juros e a grande inadimplência no crédito. O aumento da oferta de crédito, por outro lado, ajuda a explicar boa parte da manutenção do crescimento da economia. Os números de julho divulgados pelo Banco Central, são incompatíveis com o nível de aperto monetário já executado pelo BC, e ainda registram avanço de dois dígitos nos empréstimos às famílias - de 12% no crédito total e de 10,4% no crédito livre, fornecido pelo sistema bancário privado.

A expansão razoável dos empréstimos movimentou a economia e os empregos. A taxa de desocupação voltou a cair no mês passado (7,9% ante 8,1% em junho) na evolução trimestral registrada pela Pnad Contínua, a menor taxa apurada desde 2014, de 7%. O aperto monetário reduziu a **inflação**, que por sua vez ampliou a renda disponível e os gastos de consumo. Esse efeito é muito significativo.

Segundo cálculos de Fernando Montero, economista-chefe da Tullett Prebon, a Renda Nacional das Famílias, que equivale a 68% do **PIB**, cresceu 7,7% em termos reais nos últimos 12 meses (descontada a **inflação**). A Renda Nacional Restrita das Famílias, outro agregado que equivale a 53% do **PIB** e que exclui aluguéis e juros, cresceu 8,7% reais nos últimos 12 meses até julho. O aumento do salário mínimo, ao lado da queda dos preços, em especial da cesta básica, elevaram o poder de consumo.

Com isso, o mercado de trabalho não encolheu como previsto, ao contrário - a massa de rendimentos bateu recorde em julho, com R\$ 286,8 bilhões no trimestre móvel, segundo a Pnad Contínua, com crescimento de 2% ante o trimestre anterior. (Valor, 24 de agosto). De forma mais abrangente, a tendência é reforçada pelos números das contas nacionais, divulgadas ontem: a renda disponível bruta aumentou R\$ 99 bilhões do primeiro para o segundo trimestre do ano, enquanto as despesas de consumo final evoluíram R\$ 115 bilhões no mesmo período.

O dinamismo da renda, maior do que seria de se esperar, sustenta o setor de serviços, no qual a **inflação** é tradicionalmente maior e mais resistente a quedas. A rubrica "outros serviços", mais relacionados à renda e salários, avançou 1,3%, na comparação trimestre ante trimestre anterior, acima do ritmo do **PIB**, de 0,9%. Na comparação de quatro trimestres

ante os quatro anteriores, cresce 6,2%, quase o dobro da velocidade do **PIB**, de 3,2%, e se iguala à do consumo das famílias.

O dado preocupante das contas nacionais é o investimento, estagnado no trimestre e em queda na relação com períodos mais longos, acompanhado pelo declínio da taxa de poupança (de 18,4% para 16,9% do **PIB**). Isso significa que o crescimento atual, como antes, não terá fôlego. Além disso, o ritmo de crescimento da economia está acima da capacidade, o que, na coexistência com um ciclo de aperto monetário, implica que a **inflação** demorará mais para cair, assim como os juros.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230904/>